



Conservação convivial: explorando conceitos transformadores para a promoção da (bio)diversidade no Brasil

Convivial conservation: exploring transformative concepts for the promotion of (bio)diversity in Brazil

Laila Thomaz SANDRONI^{1*}, Katia Maria P. Micchi de Barros FERRAZ²

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

² Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ – USP), Piracicaba, SP, Brasil.

* E-mail de contato: lailasandroni@hotmail.com

Artigo recebido em 4 de julho de 2022, versão final aceita em 15 de março de 2023, publicado em 21 de dezembro de 2023.

RESUMO: A necessidade de conservar o que resta da biodiversidade do planeta tornou-se um consenso tácito ao longo dos últimos 40 anos, colocando a questão de forma definitiva no rol da agenda de problemas ambientais globais a serem socialmente resolvidos. Entretanto a decisão sobre os melhores caminhos para a conservação segue sendo alvo de intensas disputas políticas e a necessidade de compatibilização entre efeitos socioculturais e ecossistêmicos na implementação de projetos de conservação permanece atual. O presente artigo tem como intuito apresentar as bases conceituais da proposta da ‘conservação convivial’, identificando contribuições desta para a construção coletiva de alternativas realistas centradas nas dimensões político-econômicas do desafio de promover a diversidade da vida humana e não humana no planeta. Realizamos uma genealogia do contexto discursivo, histórico e atual, onde a proposta emergiu. Em primeiro lugar, situamos a emergência da conservação convivial no contexto da literatura das ‘transformações para sustentabilidade’, destacando especificamente a contribuição das ciências sociais críticas para a transformação da conservação da biodiversidade. Em seguida, apresentamos as características das principais tendências e linhas paradigmáticas que guiaram as ações e políticas para a conservação da biodiversidade historicamente no Brasil e no mundo, a saber, a ‘conservação fortaleza’, a ‘conservação participativa’ e a ‘conservação neoliberal’. Ademais, avaliamos o estado da arte das atualizações destas linhas no debate global atual, ao apresentar as características principais das tendências ‘neoprotecionista’ e da ‘nova conservação’, em seus distanciamentos e aproximações em relação à ‘conservação convivial’. Por fim, apresentamos os princípios da conservação convivial e as ações que materializam a proposta, em sua interface com o contexto brasileiro e latino-americano. Esperamos que esta apresentação sistemática e criteriosa da conservação convivial possa contribuir para a construção de ferramentas transdisciplinares e democráticas de pesquisa e intervenção em conservação da biodiversidade, especialmente no Brasil.

Palavras-chave: biodiversidade; ecologia política; justiça ambiental; paradigmas para a conservação; transdisciplinaridade; transformações para a sustentabilidade.

ABSTRACT: The need to conserve what remains of the planet's biodiversity has become a tacit consensus over the last 40 years, placing the issue definitively on the agenda of global environmental problems to be socially solved. However, the decision on the best pathways for biodiversity conservation continues to be the subject of intense political disputes. Therefore, the need to reconcile sociocultural and ecosystem effects in the implementation of conservation projects remains a current topic of debate. This article aims to present the conceptual bases of the 'convivial conservation' approach, identifying contributions of this proposal to the collective construction of realistic alternatives that focus on the political-economy dimensions of the challenge of promoting the diversity of human and non-human life on the planet. We carry out a genealogy of the emergence of convivial conservation, unpacking its discursive context, historical and current. First, we situate the emergence of convivial conservation in the context of the 'transformations to sustainability' literature, specifically highlighting the contribution of the critical social sciences to the transformation of biodiversity conservation. Then, we present the characteristics of the main trends and paradigmatic lines that guided the actions and policies for biodiversity conservation historically both in Brazil and worldwide, namely 'fortress conservation', 'participatory conservation' and 'neoliberal conservation'. Furthermore, we evaluate the updates of these lines in the current global debate, presenting the main features of the 'neoprotectionist' and 'new conservation' trends, in their distances and approximations in relation to 'convivial conservation'. Finally, we present the principles of convivial conservation and the actions that concretize the proposal, in its interface with the Brazilian and Latin American context. We hope that this systematic and contextualized presentation of convivial conservation can contribute to the construction of transdisciplinary and democratic tools for research and intervention in biodiversity conservation, especially in Brazil.

Keywords: biodiversity; political ecology; environmental justice; paradigms for conservation; transdisciplinarity; transformations sustainability.

1. Introdução

A necessidade de preservar o que resta da biodiversidade do planeta tornou-se um relativo consenso nos últimos 40 anos. Essa aceitação social compartilhada globalmente abre um debate multifacetado sobre as melhores formas de atingir esse objetivo, por meio do qual ocorrem disputas entre diferentes modelos de conservação. No alvorecer da segunda década do século 21, a discussão contemporânea em torno da conservação da biodiversidade ocorre em um contexto no qual:

a) embora o relativo consenso sobre a importância da conservação já exista há algum tempo, a degradação da biodiversidade toma passos mais largos do que nunca (IPBES, 2019);

b) o sucesso na conservação da biodiversidade, apenas a nível local, criou um sentimento de frustração nas arenas da conservação, gerando tentativas de reinvenção do campo (Büscher & Fletcher, 2020);

c) a capacidade de destruição da ação humana tornou-se tão gigantesca que cientistas e conservacionistas cada vez mais reconhecem o presente momento como uma nova era, o antropoceno¹,

¹ Utilizamos neste artigo a concepção de Antropoceno tal qual cunhada originalmente pelo químico holandês Paul Crutzen, que diz respeito à passagem do holoceno à uma nova era geológica na qual o ser humano seria o principal motor das transformações no planeta (Crutzen, 2000). Essa concepção foi alvo de críticas no campo da ecologia política, devido ao seu caráter homogeneizante e historicamente desenraizado da categoria

caracterizada pelos efeitos que essa ação provoca no clima e nos ecossistemas, à beira de ultrapassar os limites do planeta (IPCC, 2018); e

d) o surgimento de uma direita ambientalista autoritária em várias partes do mundo está reorganizando os debates e tornando os recursos para os esforços de conservação ainda mais escassos.

Nessa nova conjuntura, a produção de ‘soluções razoáveis’ baseadas na compatibilização entre a conservação e o desenvolvimento capitalista soa, no mínimo, ingênua e “aparece cada vez mais como uma política tecnocrática de resignação” (Büscher & Fletcher, 2019, p. 284, tradução nossa). O caso brasileiro mostra isso de forma trágica: sob o governo de Bolsonaro, pessoas e instituições engajadas na conservação da biodiversidade enfrentaram, ao mesmo tempo, um avanço significativo na degradação dos ecossistemas e a imposição de barreiras práticas à realização de seu trabalho (Deutsch, 2021; ASCEMA, 2021). Além disso, a ascensão da pós-verdade provocou uma mudança nas formas de produção, aplicação e circulação do conhecimento sobre a conservação da biodiversidade que desacredita a legitimidade do conhecimento científico nas tomadas de decisão, minando suas possibilidades de atuação (Rajão *et al.*, 2022). Desta maneira, a necessidade de gerar alternativas viáveis para as ações e discursos em torno da conservação da biodiversidade torna-se premente e uma parte fundamental das chamadas ‘transformações para a sustentabilidade’, mudanças de longo alcance e escala no sentido da constituição de sistemas socioecológicos resilientes e saudáveis de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nessas circunstâncias não muito animadoras, ao longo dos últimos anos, propostas inovadoras foram formuladas a fim de gerar um novo momentum para a conservação (Büscher & Fletcher, 2019). Dentre estas propostas destacam-se:

a) a campanha ‘*nature needs half*’ (a natureza precisa da metade), capitaneada pelo célebre ecólogo Edward O Wilson; e

b) a rede formada em torno da ideia da ‘nova conservação’, liderada por um conjunto de pesquisadores da Universidade de Stanford.

Apesar de representarem de fato atualizações do debate e trazerem contribuições fundamentais, essas propostas foram criticadas por não abordarem de forma suficiente as causas fundamentais da destruição dos habitats naturais. Büscher & Fletcher (2020) apresentam, assim, uma abordagem alternativa às anteriores à qual chamam de ‘conservação convivial’, procurando incorporar os potenciais transformativos apresentados pelas outras duas propostas e ultrapassar as suas limitações. A abordagem da conservação convivial parte explicitamente de formulações baseadas na ecologia política e na crítica da economia capitalista, reconhecida como motor fundamental da degradação da biodiversidade e baseia-se na promoção da justiça social e da constituição de um ambiente próspero para as pessoas e a vida selvagem em suas interações.

O presente artigo tem como intuito apresentar as bases da proposta da conservação convivial, e realizar uma genealogia do contexto discursivo, histórico e atual, onde a proposta emergiu. Nesse

‘humanidade’ utilizada como base, dando origem a novas formulações como capitaloceno (Moore, 2017) e faloceno (Las Cantá, 2017). Apesar de concordarmos com boa parte de tais críticas, para fins desta elaboração, o conceito de antropoceno torna-se mais adequado: toda a nossa construção orienta-se no sentido de identificar possibilidades de atuação política de acordo com os efeitos das palavras nas formas de atuação no mundo, sendo o antropoceno, dentre estas, a categoria com maior poder atual de aglutinação política, inclusive no Brasil (Pinto *et al.*, 2020).

sentido, o presente artigo estrutura-se em quatro partes:

1) Sistematização da literatura que versa sobre a transformação para sustentabilidade e seus conceitos-chave ‘transdisciplinaridade’ e ‘coprodução’, que conforma o pano de fundo da emergência da proposta convivial para a conservação. Destaca-se a mirada trazida pelas ciências sociais críticas engajadas em tal transformação e seus aportes à promoção da diversidade da vida na terra;

2) Identificação das três principais tendências paradigmáticas que guiaram historicamente o debate global sobre a conservação e seus enraizamentos no contexto brasileiro;

3) Apresentação sucinta de três novas abordagens para a conservação que ganharam força na presente década no debate global, a saber, o neoprotecionismo e a nova conservação, e aquela que procura fazer-lhes um contraponto, a conservação convivial;

4) Exposição sumarizada dos princípios da conservação convivial, e as ações que materializam a proposta, em sua interface com o contexto brasileiro e latino-americano.

À guisa de conclusão são apresentados potenciais caminhos futuros de pesquisa em transformação para a promoção da (bio)diversidade, e contribuições para uma perspectiva convivial enraizada no Sul global, especialmente no Brasil e na América Latina. O mapeamento deste debate procura tornar acessível ao público brasileiro um conjunto de ideias que podem servir como catalisadores para práticas mais justas de conservação, em um contexto em que a própria necessidade de frear a degradação dos ecossistemas está sendo questionada. A difusão de ideias inovadoras para

fertilizar as arenas de discussão sobre este tema no Brasil se torna central, assim como a vasta gama de experiências locais espalhadas pelos territórios latino-americanos podem oferecer um olhar renovado a essas grandes correntes teóricas. Espera-se que esta apresentação sistemática, criteriosa e contextualizada da conservação convivial possa contribuir para a construção de ferramentas transdisciplinares e democráticas de pesquisa e intervenção em conservação da biodiversidade, principalmente no Brasil e na América Latina.

2. ‘Transformações para a sustentabilidade’: coproduzindo saberes para o futuro

A proposta da conservação convivial nasce no contexto da emergência, consolidação e rápida expansão de uma literatura impulsionada pela promulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs), em torno da ideia de “transformações para a sustentabilidade” (O’Brien, 2012). O conceito se espalhou rapidamente em diversos canais de divulgação científica, principalmente anglófonos, sendo dotado de uma elasticidade que permite sua aplicação em contextos e epistemologias diversificadas (Feola, 2015). De uma maneira geral, essa transformação implica a construção de conhecimentos plurais voltados para mudanças nos sistemas socioecológicos, a fim de constituir novos padrões de interação entre seres humanos e ambiente (Patterson *et al*, 2017). Um dos pontos fortes da abordagem é sua capacidade de servir como um objeto de fronteira, capaz de conectar diferentes disciplinas, bem como saberes não acadêmicos (Schneidewind & Augenstein, 2016). Sem embargo, esta literatura encontra ainda pouca difusão entre pesquisadores brasileiros, apresentando-se

como uma importante lacuna, dadas a megadiversidade biológica e a capacidade científica do país. Além disso, a própria literatura da transformação pleiteia uma maior contribuição das experiências conceituais gestadas no Sul global por possuírem capacidades específicas de inovação, ao trazer para o centro da cena a historicidade, a justiça ambiental e as relações de poder (Pereira *et al.*, 2020). Esta sessão busca, assim, contribuir para suprir essa lacuna, além de contextualizar a emergência da abordagem da conservação convivial.

2.1. Classificações sistemáticas da literatura sobre a transformação

Dada a diversidade de abordagens propostas sob a égide da transformação para a sustentabilidade, alguns esforços de reconhecimento de tendências na literatura foram realizados. O'Brien & Sygna (2013) reconheceram a presença de três esferas de atuação permeando as respostas transformativas especificamente às mudanças climáticas: a esfera prática, voltada para a atuação direta, mensurável e focada em resultados no sentido da transformação; a esfera política, que se refere às estruturas e sistemas que definem os limites e possibilidades para a transformação; e a esfera pessoal, onde a transformação de crenças, valores e visões de mundo, individuais ou coletivos, são o foco. Já Feola (2015) identificou uma diferenciação entre análises descritivas e análises prescritivas, em um esforço similar ao realizado por Brand (2016) que reconhece a presença de tendências analíticas e estratégicas na literatura sobre a transformação. Schneidewind & Augenstein (2016), por sua vez, procuram aprofundar e complexificar essas classificações

iniciais ao diferenciar três escolas do pensamento transformativo: a idealista, a institucionalista e a da inovação tecnológica. A escola idealista parte, segundo os autores, de análises do papel central de ideias transformadoras nas mudanças societárias, lançando luz sobre os processos de constituição de novos valores culturais que embasam os futuros possíveis. As pesquisas que se assentam nessa abordagem estão predominantemente interessadas na formulação histórica de paradigmas dominantes e em como estes moldam a ação humana em diferentes níveis. Beck *et al.* (2021), por exemplo, operacionalizam o conceito de “imaginário socio-técnico” para refletir sobre como a constituição de visões de mundo compartilhadas do que significa um “futuro sustentável” podem abrir espaços ou limitar o escopo para ações políticas societárias. Já a escola institucionalista destaca o papel das instituições em moldar a sociedade e, portanto, analisa e propõe mudanças no Estado, organizações e leis que possam gerar transformações no sentido da sustentabilidade. Por fim, a escola da inovação reconhece as novas tecnologias como motores da transformação social no sentido da sustentabilidade.

No esforço mais recente e que, portanto, ora apresentamos de forma mais completa, Scoones *et al.* (2020) identificam três abordagens transformativas predominantes, a saber, as abordagens estruturais, as abordagens sistêmicas e as abordagens capacitadoras², cada uma delas dotadas de aberturas e fechamentos específicos. As abordagens estruturais alinham-se a uma perspectiva revolucionária, realizando análises históricas contundentes sobre o papel dos mercados globais e da luta de classes para a compreensão da transformação em sua conexão intrínseca aos modos de produção. Na visão de Scoones *et al.* (2020), essas abordagens contribuem

² N.T. *Structural, Systemic and Enabling Approaches.*

no sentido da compreensão de perspectivas de longo alcance sobre as transformações, mas possuem limitações devido ao seu caráter demasiado genérico e sua falta de reconhecimento da importância de ações localizadas e de curto prazo. As abordagens sistêmicas, por sua vez, focam em identificar características particulares dos sistemas como alvos da mudança, frequentemente mediada pela implementação de políticas públicas, procurando incorporar as dimensões de incerteza e não linearidade dos problemas socioambientais. Mais próxima ao campo das ciências naturais e tecnológicas, esta vertente destaca o papel da inovação e do aprendizado para aumentar a resiliência dos sistemas. O principal trunfo dessa abordagem é sua aplicabilidade e alto grau de legitimação social, mas possui insuficiências no que diz respeito à incorporação democrática e plural de perspectivas não ocidentais e tende a negligenciar as relações de poder imbricadas nos processos de tomada de decisão. Por fim, as abordagens capacitadoras destacam as dimensões da agência e das formas políticas de escolha em relação às direções que devem ser tomadas para a transformação. Enfatiza-se assim a necessidade de construir atributos que empoderem indivíduos e grupos marginalizados para realizar ações para a transformação a partir de seu ponto de vista.

Um traço comum entre todas as investidas de mapeamento da literatura é que as diferentes vertentes ou tendências não devem ser vistas como mutuamente excludentes, mas como complementares. Há, entretanto, diferentes pesos e medidas: as abordagens práticas (O’Byrne & Sygna, 2013), prescritivas (Feola, 2015), da inovação tecnológica (Schneidewind & Augenstein, 2016) ou sistêmicas (Scoones *et al.*, 2020) tendem a ter mais espaço no

debate institucional e nos mecanismos de financiamento. Entretanto, argumentam Scoones *et al.* (2020), para que as transformações sejam justas e equitativas – em consonância com os ODSs –, é preciso que haja uma combinação de perspectivas que leve em conta as políticas do conhecimento e as relações de poder necessariamente presentes em processos de transformação para a sustentabilidade. Os desafios relativos à compatibilização de diferentes perspectivas permeadas por relações de poder têm sido abordados a partir dos conceitos de coprodução e transdisciplinaridade, apresentados a seguir.

2.2. Transdisciplinaridade e coprodução

A transdisciplinaridade é entendida como o conjunto de processos de produção de conhecimento que envolvem não apenas diferentes disciplinas científicas, mas também outras formas de saber, com o objetivo de produzir soluções para problemas socioambientais concretos (Hadorn *et al.*, 2008). O enfoque privilegiado em fenômenos socioecológicos dinâmicos e complexos requer o deslocamento na direção de um novo tipo de pesquisa que seja orientada para ação, sem perder seu enraizamento no rigor científico (Pereira *et al.*, 2020). Desta maneira, advoga-se pela coprodução³ do conhecimento como ferramenta de acesso às perspectivas dos diferentes grupos sociais sobre a transformação, gerando práticas de pesquisa politicamente engajadas. Neste sentido, o ideário trazido por essa literatura encontra eco em diversas alternativas para a construção de conhecimentos mais democráticos, inclusivos e voltados para ação

³ Neste artigo, utilizamos o termo coprodução para designar o conjunto de métodos participativos de pesquisa e constituição do saber ligados à literatura da transformação. Não nos referimos especificamente ao conceito analítico proposto por Jasanoff (2004) que versa sobre as interconexões entre as formas como representamos o mundo e a maneira como escolhemos viver neste mundo.

amplamente difundidas no contexto brasileiro, como a copesquisa (Machado & Cava, 2013; Roggero, 2014), a ciência pós-normal (Funtowicz & Ravetz, 1997; Taddei & Hidalgo, 2016), a ciência cidadã (Holdren, 2015; Comandulli & Alexandrino, 2021), entre outras. Entretanto os conceitos de coprodução e transdisciplinaridade têm demonstrado grande potência política de aglutinação nos cenários ambientais globais (Brand, 2016), apresentando-se como um caminho discursivo dotado de possibilidades específicas que podem tanto se beneficiar da prática realizada no Sul global em torno desses outros conceitos quanto polinizar as atuações de pesquisa democratizante no Brasil.

Importante ressaltar que os caminhos de realização da coprodução do conhecimento variam na literatura de acordo com a abordagem de transformação subjacente. A literatura mais alinhada às abordagens sistêmicas tende a sugerir uma coprodução do conhecimento em relação a grupos reconhecidos por Marin *et al.* (2016) como ‘parceiros alinhados’, ou seja, atores que compartilham normas e interesses com as lideranças do projeto de pesquisa ou ação, sendo possível que todas as partes envolvidas se sintam representadas em uma mesma formulação do problema socioambiental e de suas soluções. A coprodução do conhecimento, nesse sentido, é muitas vezes restrita a cientistas, gestores e a determinadas organizações técnicas da sociedade civil organizada, como ONGs ambientais. Vozes marginalizadas e atores não alinhados tendem a ser excluídos implícita ou explicitamente do processo. Já abordagens mais próximas à perspectiva estrutural apresentam a importância da consideração da luta de classes, buscando angariar espaço para as perspectivas e aprendizagens realizadas no contexto dos movimentos e intelectuais que têm insistido no poder transformador das lutas por justiça ambiental

(Temper *et al.*, 2018). Pesquisadores mais cercanos a uma abordagem capacitadora, entretanto, argumentam que boa parte da literatura sobre a coprodução limita-se a apresentar metodologias no modelo ‘lista de tarefas’ que auxiliem sua aplicação e enfatizam a importância da flexibilidade e politização de todo o processo de coprodução para abrir espaço para participação efetiva de vozes dissonantes, pluralismo e contestação (Turnhout *et al.*, 2020). Desta maneira, pesquisadores envolvidos com essa perspectiva partem da premissa de que o contexto histórico, os valores culturais e as relações de poder irão moldar necessariamente as diferentes formas de entendimento de um determinado problema (Pereira *et al.*, 2020). Esse engajamento apresenta desafios específicos no Sul Global, pois quanto maior o fosso educacional que separa atores interessados e pesquisadores, mais difícil é a comunicação. Há sempre algum nível de desconforto presente na criação desses espaços, gerando desafios específicos que precisam ser incorporados como parte do projeto de pesquisa e/ou intervenção.

2.3. Conservação da biodiversidade no debate da transformação

A necessidade do envolvimento de diferentes disciplinas científicas e grupos sociais interessados mediante processos compartilhados de produção de saber é um aspecto central a ser contemplado em projetos de pesquisa ou intervenção para a conservação da biodiversidade. A transdisciplinaridade e a coprodução aparecem, assim, como instrumentos válidos na construção de uma perspectiva integradora da transformação na conservação. Entretanto, a literatura transformacional com foco específico na conservação é relativamente escassa se comparada a outros temas como: gestão de recursos hídricos,

transição energética ou mudanças climáticas (Blackmore *et al.*, 2016; Zurita *et al.*, 2018; Starck *et al.*, 2022). Dentre outros motivos, isso ocorre devido a um aparente paradoxo entre ações transformadoras e o caráter de manutenção, ou de resistência à mudança, implícito na ideia de conservação. Essa contradição é contestável, já que a supracitada desesperança coloca a urgência de pensarmos a transformação, se não dos ecossistemas a serem conservados, certamente dos meios utilizados nessa conservação. Soma-se a isso a tendência dominante de atuação para a conservação por meio de intervenções diretas e localizadas, que contrasta com o reconhecimento de que soluções de longo prazo para a manutenção da biodiversidade planetária dependem de uma governança global (Adams, 2017).

Ademais, o conhecimento transdisciplinar caminha no sentido de uma verdadeira fusão de perspectivas, inclusive das ciências sociais e naturais, o que pode auxiliar a gerar uma visão de mais amplo escopo para a conservação. Nesse contexto, as ciências sociais críticas⁴ oferecem contribuições específicas na construção de alternativas para a conservação, ao desafiar pressupostos e identificar causas subjacentes para a degradação da biodiversidade, frequentemente conectadas aos fluxos econômicos globais. Massarela *et al.* (2021) identificam as seguintes contribuições centrais das ciências sociais críticas na promoção de agência transformadora na conservação:

1) Devido a seu papel analítico, as ciências sociais críticas questionam os discursos dominantes nas arenas de conservação e colocam em xeque a relação linear entre conhecimento científico e po-

líticas públicas tal qual formulado pelas propostas ortodoxas de ‘políticas baseada em evidências’ (Sutherland *et al.*, 2004);

2) Interrogam os processos de produção e circulação de conhecimentos que fundamentam projetos de conservação, destacando a ocorrência de injustiças, por vezes não intencionais, da implementação de projetos de conservação e procuram produzir aberturas democráticas;

3) Concentram sua atenção menos em mudanças a nível individual e mais a nível societário; e

4) Possuem uma particular capacidade positiva gestada pelo papel analítico desenvolvido em relação de coprodução com movimentos por justiça socioambiental. Ao se relacionar com os movimentos, os cientistas sociais da conservação identificam alternativas em curso que cultivam na prática a transformação para sustentabilidade na conservação.

Resumindo, a principal contribuição das ciências sociais tanto para a literatura da transformação de forma mais ampla quanto para o debate da conservação da biodiversidade, foi trazer ao centro do debate o que foi considerado um ponto cego em suas elaborações iniciais: as condições estruturais que geram assimetrias e as dimensões de poder atreladas a elas (Brand, 2016; Schneidewind & Augenstein, 2016; Turnhout, 2020). Esse reconhecimento encontra eco direto no contexto brasileiro: uma sistematização das contribuições da sociologia e antropologia para o debate da biodiversidade demonstra que as principais temáticas trazidas dizem respeito às injustiças sociais provocadas pela implementação de projetos de conservação e necessidade de conexão

⁴ Entendemos aqui por ciências sociais críticas aquelas que se aproximam de um questionamento direto das relações de poder imbricadas aos fenômenos analisados. Realizamos esta diferenciação na medida em que a necessidade de incorporação das ciências sociais na conservação está sendo cada vez mais reconhecida (Bennett, 2017), porém esta se dá frequentemente de forma instrumental a fim de corroborar objetivos e caminhos já existentes (Sandbrook, 2013).

com os movimentos por justiça ambiental (Sandroni & Carneiro, 2016). Fica claro que tanto a nível global quanto nacional, alternativas realistas para a construção de um futuro próspero para ecossistemas e populações humanas, sobretudo as mais vulneráveis, precisam englobar diferentes perspectivas de transformação, combinando abordagens sistêmicas, estruturais e capacitadoras. A proposta da conservação convivial, nutrindo-se deste debate, procura formular um conjunto de ideias que complementem os potenciais transformativos das formas de atuação já existentes para enfrentar o desafio de promover a conservação no antropoceno.

3. Paradigmas históricos da conservação

Antes de passarmos à exploração das alternativas contemporâneas, faremos uma breve apresentação da história das ideias para a conservação da biodiversidade. Estabelecemo-nos, neste sentido, em relação de proximidade à escola idealista da transformação (Schneidewind & Augenstein, 2016), focando em reconhecer como as definições do que pode ou deve ser feito em relação a um determinado problema socioambiental – a conservação da biodiversidade – possui efeitos diretos em como as ações são realizadas. Esse passo é fundamental para nosso objetivo pois:

1) as abordagens atuais não surgem no vazio, mas em relação à história das ideias sobre a conservação e uma mirada ao passado é fundamental para compreendermos o presente; e

2) a classificação histórica aqui apresentada está fundamentada na literatura internacional, mas

possui características e nomenclaturas específicas no contexto brasileiro, e a sistematização auxilia a localizar os movimentos dos paradigmas de conservação no Brasil em relação à arena global.

Utilizamos como base dessa articulação a tipologia proposta por Vaccaro *et al.* (2013), que reconhecem três paradigmas centrais no *mainstream* da governança ambiental global sobre a conservação: a conservação fortaleza, a conservação participativa ou de base comunitária e a conservação neoliberal. Escolhemos essa revisão sistemática específica devido a seu objetivo de fazer um apanhado das contribuições da “ecologia política da conservação”, fundamentada nas ciências sociais críticas e em estreita interação com as bases teóricas da conservação convivial⁵. Como veremos, o ponto fulcral das controvérsias em torno da conservação é a questão da inclusão ou exclusão de diferentes populações em iniciativas de conservação de base territorial, dito de outra forma, a contenda “pessoas *versus* parques”. Importante ressaltar que as três vertentes às quais nos referimos aqui são concorrentes e sobrepostas, sendo a organização histórica mais relativa à emergência da nova perspectiva do que à suplantação da anterior. São tipos ideais discursivos que na prática são permeados por interações e ambiguidades, às quais procuraremos esclarecer na medida do possível. Entendemos aqui por “paradigmas” as formas ou modelos dotados de uma capacidade maior de circulação e influência durante um determinado período e não como uma formulação fechada, mais próxima ao real, que desbanca a anterior tornando-a inócua e obsoleta⁶.

⁵ Essa tipologia é também fundamentalmente similar à delineada brevemente por Bücher & Fletcher (2020) com base na atualização das contribuições de Brockington *et al.* (2008).

⁶ Distanciamos-nos da concepção de paradigma proposta por Thomas Kuhn tanto por não ficarmos restritos ao âmbito científico quanto por não nos basearmos numa ‘universalidade’ do paradigma em seu período de vigência. Para mais sobre o conceito Kuhniano de paradigma Cf. Kuhn (2009).

3.1. Conservação fortaleza

Remontam ao século XIX as bases ideológicas que possibilitaram as primeiras ações voltadas para a proteção da natureza por meio da criação de Áreas Protegidas (APs)⁷. A Ecologia, ciência nascida em meados do século XIX, fez parte desse processo de constituição dos fundamentos dos discursos da conservação, ao apresentar uma preocupação em estudar o equilíbrio existente nos ambientes naturais e como ocorrem processos de desequilíbrio (Portilho & Lima, 2001). Além disso, essas ações estavam ancoradas, principalmente, na produção de um novo imaginário em relação à natureza como algo exótico a ser preservado, inspirado no bucolismo preconizado pelo romantismo. As paisagens são ressignificadas e elementos destas, sobretudo determinadas espécies de animais, tornam-se símbolos de uma natureza "pré-humana". Nesse período, a palavra mais utilizada em inglês para designar este ente a ser protegido não era *'nature'* mas *'wilderness'*⁸, signo que remonta a uma natureza selvagem, indomada, apartada de tudo aquilo que é humano (Franco, 2013).

Como materialização desse ideário, foram criadas as primeiras APs. O primeiro parque nacional do mundo, citado exaustivamente nos históricos sobre a conservação da biodiversidade, foi o Parque Nacional de Yellowstone, criado em

1872 no Norte dos Estados Unidos. Vaccaro *et al.* (2013) reconhecem que Yellowstone inaugura o primeiro paradigma global de conservação da natureza, chamando-o "conservação-fortaleza" ou "protecionismo". Esse modelo baseia-se na proteção de paisagens naturais espetaculares para usufruto e gozo estético da humanidade, por meio da visitação por parte de amantes da natureza, restringindo o acesso e uso dos recursos naturais. Em uma outra vertente complementar, em 1914, a Suíça estabeleceu a primeira Reserva Biológica do mundo para fins especificamente científicos (Milano, 2001). Inaugura-se, assim, mais um modelo da conservação-fortaleza, voltada menos para a proteção de paisagens cênicas e mais para o aprofundamento do saber científico. Os pressupostos comuns são o cercamento da área e a manutenção da circulação humana a um mínimo possível mediante aplicação de medidas de comando, controle e fiscalização. Dessa forma, já na primeira metade do século XX, a delimitação de APs passa a ser a principal estratégia para a conservação da biodiversidade em escala global (Adams, 2004).

Nesse período, institucionalizaram-se as primeiras APs no Brasil. Em 1937, foi criado o Parque Nacional de Itatiaia e, em 1939, dois outros parques, a saber, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu, claramente inspirados em Yellowstone (Mittermeier *et al.*,

⁷ Uma ressalva é importante quanto à denominação "Áreas Protegidas". Essa categoria é a nomenclatura utilizada globalmente para designar toda e qualquer área territorial reconhecida administrativamente pelo Estado como de interesse para a conservação e, portanto, dotada de alguma política neste sentido. No Brasil, a partir da promulgação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000, a categoria Unidades de Conservação (UCs) passou a descrever legalmente áreas como Parques e Reservas, sendo que a ideia de Áreas Protegidas, mais abrangente, engloba ainda outras áreas que não são UCs como as Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente. Neste artigo, utilizamos áreas protegidas como uma categoria geral que engloba também o que reconhecemos hoje no Brasil como UCs, já que é nosso objetivo aqui realizar uma ponte entre as práticas e discursos presentes no contexto brasileiro e global.

⁸ Em português, algumas expressões utilizadas para designar a noção de *wilderness* são: mata virgem, mata primária, natureza selvagem. Entretanto a noção mais amplamente utilizada no debate crítico à conservação da biodiversidade é a noção de 'natureza intocada' que ganhou ampla divulgação, a partir do livro intitulado 'O Mito Moderno da Natureza Intocada' (Diegues, 1996).

2005). Entretanto, ao contrário dos EUA, onde os primeiros parques foram estabelecidos em locais relativamente pouco modificados pelo processo de colonização, no Brasil, priorizou-se proteger as áreas prístinas do avanço premente da ocupação (Nunes *et al.*, 2011): os três primeiros parques estão situados na Mata Atlântica, bioma de maior visibilidade e, já naquela época, com elevado grau de devastação. O contexto político da criação das primeiras APs oficiais do Brasil era o varguismo, e a consolidação da conservação-fortaleza esteve intimamente imbricada ao Estado Nacional moderno, representando uma das estratégias de controle do território nacional. Fundamental notar que, no Brasil e no mundo, desde o início da emergência da questão da conservação da natureza até hoje, o Estado é o principal ator de efetivação (quando não possui o monopólio) de políticas para a conservação de base territorial.

As formas de atuação elaboradas nesse período seguem sendo ferramentas centrais nas políticas de conservação no mundo todo, embora tenham sido complexificadas e atualizadas (Wilshusen *et al.*, 2002). A partir dos anos 1950, começa a ocorrer um deslocamento das bases de legitimação desse modelo por meio da articulação progressiva de um “ambientalismo científico” (Foster, 2000). Nos anos 1960, a criação de APs restritivas ganha novo folego e dimensão, procurando abarcar a “degradação dos ecossistemas” de forma mais geral, e não mais apenas paisagens espetaculares específicas. Podemos tomar como exemplos do início dessa inflexão a realização, em 1962, da primeira conferência mundial sobre Parques Nacionais nos Estados Unidos e a criação, no Brasil, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em 1967 (Nunes *et al.*, 2011). Nos anos 1980, modificam-se as formas de legitimação do modelo, com a emergência e

consolidação do conceito de biodiversidade – que suplanta em alguma medida a ideia de ‘wilderness’ (Franco, 2013). Nesse sentido, destacam-se a institucionalização da biologia da conservação enquanto “disciplina voltada para uma missão”, a de salvar espécies da extinção (Meine *et al.*, 2006) e a produção de inventários extensos e listas de espécies ameaçadas, como o livro vermelho das espécies ameaçadas (IUCN, 1989). Estes são os fundamentos de grande parte do que veio a se tornar um dispositivo político dominante para a conservação da biodiversidade, que encontrou forte respaldo na arena global, e no Brasil. Nesse período, o Brasil foi o país tropical com maior investimento na criação de APs, tendo sido criados 22 Parques, 20 Reservas Biológicas e 25 Estações Ecológicas entre 1974 e 1989 (Mittermeier *et al.*, 2005). Essa onda de APs restritivas, baseada na fiscalização e restrição da circulação de diferentes grupos de pessoas gerou uma série de conflitos socioambientais e foi criticada nos anos subsequentes, recebendo no Brasil a alcunha de “preservacionismo” (Gerhardt, 2016).

3.2. *Conservação participativa*

Já a partir dos anos 1970, começou a ser gestada uma crítica contundente acerca das injustiças socioambientais provocadas pela implementação de parques e reservas em populações locais. Em 1975, como resultado da assembleia geral da International Union for Conservation of Nature (IUCN), foi publicada uma resolução que afirmava que os Estados Nacionais não deveriam expulsar povos indígenas de suas áreas em nome da conservação da biodiversidade (IUCN, 1975). Dessa maneira, no bojo da difusão de movimentos da contracultura nos EUA, dos movimentos por descolonização em África e Ásia, do florescimento de um novo ambientalismo

voltado para a conexão entre problemas sociais e ambientais e do fortalecimento de movimentos de populações autóctones no âmbito global, começou a ser gestado um novo paradigma para a conservação. Fica patente a necessidade de que as APs tivessem componentes de inclusão econômica e social, principalmente das populações em seu entorno e interior (Adams & Hutton, 2007). Essa perspectiva teve espaço já na primeira conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo em 1972, no alvorecer das propostas inclusivas de conservação, incluindo mapeamentos participativos e conservação de base comunitária. Enquanto isso, o Brasil estava em plena ditadura militar. A questão dos problemas gerados pela conservação da biodiversidade de viés restritivo ainda passava longe das principais preocupações do ambientalismo brasileiro, em um contexto em que megaempreendimentos realizados pelo Estado geravam gigantescos impactos socioambientais⁹. Dessa forma, no Brasil, poucas mudanças no paradigma central da conservação ocorreram desde a implantação dos primeiros Parques Nacionais até a década de 1980 (Nunes *et al.*, 2011).

A partir dos anos 1980 e 1990, a tendência de maior participação das populações locais e indígenas na conservação aos poucos torna-se predominante a nível global, ganhando muita força e vigor após a Rio-92. Nos debates internacionais sobre a conservação da biodiversidade, o foco dos grandes polos de produção de discurso e práticas, como a UNESCO e a IUCN, passa a estar cada vez mais voltado para a sustentabilidade das populações (Adams & Hutton, 2007). Esse momento coincide, historicamente, com a emergência do conceito de

desenvolvimento sustentável, que coloca a necessidade de compatibilizar preservação ambiental e desenvolvimento humano e social (Brundtland, 1987). Essa nova perspectiva, ancorou-se na crítica de que, durante a maior parte do século XX, as ações para a conservação não levaram em conta a heterogeneidade dos grupos afetados, provocando exclusão e injustiça. A conservação fortaleceu esteve, em muitos casos, alinhada ao reconhecimento das populações locais como ameaças para a biodiversidade e à oposição dicotômica entre natureza e sociedade. Diversos pesquisadores, sobretudo cientistas sociais, procuraram evidenciar a miríade de formas de relação com o ambiente para além da separação entre natureza e sociedade, que podem, inclusive, ter um papel expressivo na diversificação dos ecossistemas (Nodari *et al.*, 2016). Nesse contexto, acadêmicos e movimentos sociais – tanto ambientalistas quanto indígenas – passaram a argumentar sobre a existência de uma substancial base de interesses comuns entre projetos de conservação da biodiversidade e populações indígenas que pleiteiam o acesso e/ou manutenção de seus territórios (Dawson *et al.*, 2021).

No Brasil, os projetos para a conservação se intensificaram e diversificaram nesse período. Em 1981, foi promulgada a lei nº 6.938/81, instalando a Política Nacional de Meio ambiente que, entre outros objetivos, ofereceu parâmetros para a criação de Unidades de Conservação no país (Hayashi, 2015). Nos anos subsequentes, o paradigma participativo aprofundou-se em conexão direta com o processo de democratização do país, consolidado com a promulgação da Constituição de 1988. Esse deslocamento na perspectiva na conservação brasileira recebeu a

⁹ Por exemplo, a Usina Hidrelétrica de Itaipu foi construída sobre o Salto das Sete Quedas, gerando resistência entre ambientalistas e moradores locais, que foram solenemente ignorados pelo governo à época.

alcunha de "socioambientalismo". Santilli (2005), expoente desse movimento teórico-político, aponta que se tratava de alinhar as demandas por justiça social e por um meio ambiente saudável. No mesmo sentido, Almeida & Cunha (2001) argumentam que os processos históricos e intelectuais ocorridos nos anos 1980 geraram novas conexões entre populações indígenas e tradicionais aos temas ambientais de forma positiva e propositiva. Destaca-se a emergência da "Aliança Povos da Floresta", baseada na luta de Chico Mendes, que aglutinava grupos diversos como seringueiros, ribeirinhos e indígenas da Amazônia realizando pleitos internacionais pela preservação da floresta. Em alinhamento a esses movimentos por justiça ambiental, antropólogos, geógrafos e sociólogos brasileiros passaram a argumentar reiteradamente que a ênfase na exclusão da população local dos processos de conservação ambiental não só gera injustiças, como compromete a eficácia dos projetos de conservação (Sandroni & Carneiro, 2016). Sugere-se o reconhecimento da heterogeneidade social, econômica e cultural dos grupos sociais locais, reiterando-se a importância da participação, sobretudo das populações tradicionais, entre elas, as populações indígenas e quilombolas, no desenvolvimento de práticas sustentáveis (Cunha *et al.*, 2021).

Ao longo da década de 2000 ocorreu um aprofundamento e consolidação do paradigma participativo. Em 2000, a IUCN criou uma câmara temática especificamente intitulada "populações indígenas e locais, equidade e Áreas Protegidas". Em 2003, representantes de povos indígenas participaram em peso pela primeira vez da Conferência Mundial de Parques e reuniões entre lideranças indígenas e grandes ONGs conservacionistas ocorreram ao redor do mundo (Franco *et al.*, 2015). No Brasil, foi promulgado em 2000 o Sistema Nacional de

Unidades de Conservação (SNUC; Lei 9985/00), que contava com um rol de categorias de APs que permitem ou mesmo estimulam a compatibilização da conservação com objetivos de bem-estar social, chamadas de Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável. Cabe ainda destacar a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, em 2007, autarquia especializada na implementação e gestão de UCs. Entre 2000 e 2010, foram delimitadas 137 novas UCs federais, a maior parte delas de uso sustentável.

A nível global, um grande conjunto de iniciativas foram propostas a fim de contemplar essas críticas fertilizando as práticas também no Brasil. O termo "*community-based conservation*" (conservação de base comunitária) passou a ser utilizado como parte dos manuais dos principais polos de difusão de discurso sobre a conservação, como a CDB e a IUCN. O termo foi utilizado para agregar experiências em torno de abordagens participativas para a conservação como o "*community-based natural resource management (CBRM)*" (manejo de recursos de base comunitária) (Mulale *et al.*, 2013); o "*collaborative management of protected areas (CMPA)*" (manejo colaborativo de áreas protegidas) (Borrini-Feyerabend, 1996); e o "*Indigenous Peoples' and Local Community Conserved Territories and Areas (ICCAs)*" (Territórios e Áreas Conservados por Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais e Locais) (ICCA, 2021). Em comum, essas experiências compartilham um deslocamento na direção de dois princípios, ora concomitantes, ora concorrentes:

- 1) reorientação das políticas de conservação de formas centralizadas de gestão ancoradas somente no Estado na direção do manejo colaborativo de áreas, incluindo as populações locais que vivem

ou usam essas áreas nas tomadas de decisão que afetam o território;

2) reconhecer e apoiar as iniciativas de conservação realizadas na prática por populações indígenas e locais (Kothari *et al.*, 2013).

Ou seja, tanto para o movimento global quanto para o socioambientalismo brasileiro, tratava-se de gerar novas práticas de conservação capazes de abarcar a diversidade cultural e gerar legitimidade e reconhecimento do papel das populações que vivem e utilizam paisagens naturais como elementos fundamentais para a efetividade da conservação a longo prazo. Conforme elaborado no Brasil, o conhecimento tradicional das populações locais deveria ser contemplado em relação de igualdade ao conhecimento científico nas tomadas de decisão para gerar uma coconstrução do planejamento e gestão de APs (Castelli & Wilkinson, 2002).

3.3. *Conservação neoliberal*

No bojo da estabilização dos esforços para uma conservação mais participativa, novos mecanismos de gestão da conservação começavam a surgir. A partir dos anos 1990 e com mais força a partir dos anos 2000, ações de conservação passaram a ser financiadas por mecanismos de mercado e acordos de compensação ambiental, monetizando áreas formalmente conservadas. As APs passam a ser avaliadas e mapeadas para a otimização da preservação de espécies específicas de acordo com sua capacidade de atrair financiamento (Brockington *et al.*, 2008). Esse processo foi reconhecido pela literatura anglófona da ecologia política como a inauguração de um novo paradigma de conservação, ainda em consolidação e expansão, a conservação

neoliberal. Büscher *et al.* (2012) definem esse novo paradigma como a “amálgama de ideologia e técnicas informadas pela premissa de que as naturezas só podem ser ‘salvas’ através de sua submissão ao capital e sua subsequente reavaliação em termos capitalistas” (p.4, tradução nossa). As dinâmicas de interação entre a conservação e lógicas de mercado intensificaram-se, incorporando definitivamente práticas, imaginários e discursos do capitalismo contemporâneo (Büscher & Fletcher, 2020).

A conservação neoliberal se assenta na promessa de injetar novos recursos na conservação, especialmente em países pobres, ganhando propulsão no contexto da crise econômica global de 2008. Em consonância com o supracitado discurso do “desenvolvimento sustentável”, o impulso para fundir as preocupações de conservação e desenvolvimento passou a ser promovido por meio de uma estratégia baseada em ‘vender a natureza para salvá-la’ (McAfee, 1999), materializada em mecanismos baseados no mercado (MBMs). Exemplos de MBMs para a conservação são: pagamentos por serviços ambientais (PSAs), venda de créditos de carbono por meio de estratégias como o Programa das Nações Unidas de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), implementação de projetos de ecoturismo corporativo, venda de lotes para bioprospecção, implementação de áreas protegidas privadas, constituição de canais de fluxo monetário entre grandes corporações e ONGs internacionais conservacionistas, etc. As propostas da conservação neoliberal apresentam-se como soluções “ganha-ganha à sétima potência”, uma vez que beneficiariam a um só tempo: investidores corporativos, economias nacionais, biodiversidade, populações locais, consumidores, agências de desenvolvimento e ONGs conservacionistas (Grandia, 2007).

A emergência desses mecanismos esteve intimamente ligada à expansão do neoliberalismo enquanto modelo econômico-político disseminado nos anos 1980 e 1990 (Igoe & Brockington, 2007). O neoliberalismo inaugurou uma nova racionalidade de mundo que organiza e estrutura tanto a ação do Estado quanto das pessoas comuns, pregando o empreendedorismo privado em múltiplos níveis em detrimento da atuação da gestão estatal, considerada corrupta e ineficiente (Dardot & Laval, 2016). Entretanto, especialmente no contexto das atuações para a conservação da biodiversidade, essa premissa é contraditória, na medida em que a maior parte dos MBMs assenta-se em APs restritivas controladas pelo Estado. Podemos dizer que mais do que uma desregulamentação estatal, a conservação neoliberal preconiza uma re-regulamentação, onde o Estado continua a ter um papel central, embora sua capacidade de gestão ganhe novos limites pela estreita correlação a redes diversificadas de atores do setor privado e da sociedade civil organizada. Dessa forma, a neoliberalização da conservação fomentou um novo status quo na apropriação da terra, conectando o controle e acesso aos recursos fundiários em diversas partes do Sul global a fluxos do capital internacional (Brockington *et al.*, 2008; Borrás Jr *et al.*, 2011, Buscher *et al.*, 2012).

No Brasil, a utilização de mecanismos baseados no mercado foi reconhecida, prioritariamente, como uma solução para a necessidade de ações complementares em territórios fora de UCs de proteção integral. Nesse sentido, os MBMs vieram somar-se às iniciativas de conservação participativa, de forma complementar e contraditória, para compor o rol de soluções para ações no entorno de APs ou áreas prioritárias para conexão de paisagens. Destacam-se neste sentido:

1) a instalação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, categoria de UC prevista na Lei 9985/00. Estas foram implementadas geralmente por proprietários particulares, corporações de atividades de alto impacto e ONGs locais por meio do financiamento de grandes ONGs internacionais como a CI e a TNC (Lima & Franco, 2014);

2) a implementação de esquemas – muitas vezes incipientes – de pagamentos por serviços ambientais, como o tímido programa Bolsa Verde (Graciano *et al.*, 2018). Alguns estados também implementaram políticas desse tipo, destacando-se os estados do Paraná e São Paulo (Tagliari *et al.*, 2018), como o programa de PSA instalado com financiamento do Global Environmental Facility (GEF), chamado “Conexão Mata Atlântica”;

3) a implementação de turismo corporativo, embora em escala muito menor do que em países africanos, por exemplo, destacando-se destinos turísticos globais como Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro (Penna-Firme, 2018);

4) a entrada de políticas de REDD+ no Brasil, sobretudo na Amazônia (IPAM, 2012).

Importante ressaltar que, embora esses mecanismos tenham sido adotados no Brasil e os efeitos destes tenham sido analisados por diversos pesquisadores de forma localizada, não é um consenso na literatura brasileira, como o é na literatura internacional, que a sua implementação incorra na emergência de um novo paradigma para conservação. Boa parte do debate sobre a conservação no Brasil segue colocando em pauta os embates entre o paradigma da conservação-fortaleza e o paradigma participativo.

Na arena de debates globais, os teóricos da ecologia política que identificaram o novo paradigma têm se dedicado a construir uma crítica à sua

materialização. Uma miríade de estudos de caso demonstra que a conservação neoliberal coloca em primeiro lugar a acumulação de capital, muitas vezes em detrimento ao bem-estar das populações e mesmo da própria conservação da biodiversidade, sendo o tal “ganha-ganha à sétima potência” uma falácia (Igoe & Brockington, 2007). Embora eficazes na mobilização de intervenções técnicas e administrativas pragmáticas, os MBMs muitas vezes têm consequências sociais negativas: as populações locais frequentemente não possuem os ativos para competir em pé de igualdade com grandes corporações, e a chegada desses empreendimentos acaba gerando novos processos de expulsão, por exemplo, por meio da especulação imobiliária (Büscher *et al.*, 2012). Por outro lado, a lucratividade das atividades realizadas via MBMs, normalmente não é repartida com as comunidades locais, além de gerar um ambiente de desvalorização de outras formas de economia, valores e saberes, prejudicando iniciativas locais que acabam sendo apropriadas e ressignificadas por projetos neoliberais maiores (Holmes, 2015). Ou seja, a ‘base comunitária’ é incorporada pela conservação neoliberal muito mais de forma discursiva do que fática, já que as populações locais são incluídas na medida em que aceitam compensações específicas e associadas às lógicas econômicas (Büscher *et al.*, 2012).

Alguns autores fazem a ressalva de que esses efeitos nefastos não podem ser vistos também como resultados inevitáveis da implementação de MBMs para a conservação. A conservação neoliberal pode ter efeitos problemáticos para biodiversidade e modos de vida locais, mas o contrário também é possível (Igoe & Brockington, 2007). Uma leitura não cautelosa das críticas da ecologia política à conservação neoliberal pode, assim, acabar gerando uma reação instintiva de contraposição generalizada

a toda e qualquer iniciativa que contenha elementos neoliberais (Büscher *et al.*, 2012). O ideal seria contrabalancear as expectativas com as possibilidades de atuação em cada caso e reconhecer que as dimensões de poder precisam ser olhadas com mais cautela, já que as promessas de benefícios a todas as partes envolvidas não se materializam na esmagadora maioria dos casos.

Por fim, gostaríamos de destacar a aproximação entre as atualizações contraditórias do paradigma participativo realizadas pelo paradigma neoliberal e emergência de novos conceitos e práticas em torno da “abordagem biorregional”. Ao longo dos anos 1990, biólogos da conservação começaram a reelaborar as bases da chamada “biogeografia de ilhas” (Franco, 2013), fundamento científico da supracitada atualização do paradigma da conservação-fortaleza. Começa a se consolidar, assim, a perspectiva biorregional que preconiza uma conservação na “escala da paisagem” (Metzger, 2001). A difusão do planejamento biorregional esteve atrelada à popularização de novas tecnologias, sobretudo ao uso cada vez mais intensivo de imagens de satélite, ferramentas de geoprocessamento para a seleção de áreas prioritárias e corredores para a conservação da biodiversidade. Nesse contexto, foram criadas e se fortaleceram formas variadas de metodologias de priorização de zonas importantes para a biodiversidade no planeta como, por exemplo, os hotspots definidos pela Conservation International (CI). Passam a figurar no debate a nível nacional e internacional conceitos como “redes” de Áreas Protegidas ligadas umas às outras por “corredores”, formando “mosaicos” de conservação (Ferreira, 2004). Está relacionado a esse processo a inclusão das dimensões humanas em projetos de conservação da vida selvagem (Manfredo & Vaske, 1995) e a emergência do campo de estudos chamado

“conflitos humano-fauna”, que tinha como objetivo compreender as interações entre seres humanos e determinadas espécies a fim de mitigar ameaças à vida selvagem¹⁰ (Dickman, 2010).

Dessa maneira, por um lado, a perspectiva biorregional representa uma inovação em relação às iniciativas anteriores fundamentadas na conservação fortaleza, já que incorpora de maneira definitiva as populações humanas no planejamento e implementação de ações para a conservação. Por outro lado, essa abordagem possui uma relação ambígua, e por vezes contraditória, com vertentes mais radicalmente democráticas do paradigma participativo, como, por exemplo, o socioambientalismo brasileiro, na medida em que mantêm como base fundamentos da conservação-fortaleza, como a implementação mais extensa e intensa possível de áreas de proteção integral. A abordagem biorregional não implica em um abandono da implementação de APs de proteção integral como solução fundamental para conter a degradação da biodiversidade. Ao contrário, a ideia seria contar com unidades de planejamento em rede, frequentemente chamadas de corredores ecológicos, cuja base seriam justamente as áreas de proteção integral. Dessa maneira, em tese, essas áreas núcleo restritivas estariam mais bem protegidas do chamado “efeito de borda”, principalmente por meio da implementação de outras categorias menos restritivas de APs em seu entorno, bem como de projetos de incentivo a atividades humanas de baixo impacto e usos sustentáveis da paisagem (Brito, 2006).

Ademais, a aproximação entre o paradigma biorregional e a conservação neoliberal ocorrida ao

longo dos anos 2000 aprofundou aspectos tecnocráticos das tomadas de decisão em conservação. As decisões sobre onde e como implementar MBMs frequentemente seguiu a cartilha da "conservação baseada em evidências" (Sutherland *et al.*, 2004), que já era utilizada para as tomadas de decisão sobre o tamanho, as categorias e a localização de APs (Franco, 2013). No entanto, essa cartilha está sendo questionada atualmente, no Brasil e em outras partes do mundo, por líderes ligados a um populismo autoritário e suas percepções particulares sobre questões ambientais. Portanto, já é possível reconhecer que estamos testemunhando e participando de uma grande reconfiguração das disputas saber-poder em torno da conservação da biodiversidade no sentido de uma preponderância de dinâmicas e estratégias de pós-verdade na governança ambiental (Büscher, 2021). Outra crítica realizada por ecologistas políticos na arena internacional, que encontra forte eco no socioambientalismo brasileiro, direcionava-se à preponderância das bases científicas das tomadas de decisão em conservação (Peluso, 2003), absoluta no paradigma da fortaleza, e manteve-se em voga através da vertente biorregional. O processo de cientificação gerou um altíssimo grau de legitimidade de ONGs e cientistas da conservação, que passaram a reconhecer-se publicamente como definidores legítimos da agenda da biodiversidade (Diegues, 2008). Apesar de possuírem dimensões participativas, as decisões fundamentadas na abordagem biorregional baseiam-se sobretudo em evidências científicas ecológicas, formando uma espécie de consenso tecnocrático, fortalecido pela emergência do paradigma neoliberal.

¹⁰ Esse campo de estudos da biologia da conservação segue em franca expansão e passou recentemente uma inflexão no sentido de um olhar para a ‘coexistência humano-fauna’ a fim de incorporar realidades e desejos de interação positiva e afastar-se da conotação necessariamente negativa trazida pela noção de conflito (Marchini *et al.*, 2021).

4. Novas abordagens para a conservação no Antropoceno

O acúmulo de mais de um século de ações para conservação, como vimos, diversificou o conjunto de discursos e práticas, que hoje conforma um complexo cenário de tentativas de compatibilização e disputas paradigmáticas. Não obstante, a tendência alarmante de degradação da diversidade da vida no planeta manteve-se: a despeito das defesas e críticas aos diferentes paradigmas para a conservação, o processo de extinção de espécies e geração de danos irreversíveis aos ecossistemas segue ocorrendo em escala global (IPBES, 2019). A partir da virada para segunda década dos anos 2000, novas propostas foram se materializando na arena de debates globais, que buscavam uma atenção renovada à questão da degradação da biodiversidade. Duas vertentes de destaque nesse sentido são a chamada "*new conservation*" (nova conservação) e a campanha "*nature needs half*" (a natureza precisa da metade). Nesta sessão, apresentamos, sucintamente, as principais características dessas abordagens de renovação do debate no contexto do antropoceno para situar as lacunas e potenciais transformativos identificadas por Büscher & Fletcher (2020) nestas que lhes serviram de inspiração para propor a abordagem da conservação convivial.

4.1. Nova conservação

A ideia da nova conservação tem suas bases na produção de pesquisadores de universidades norte-americanas e em torno de um think tank chamado

"*The breakthrough institute*"¹¹. As duas publicações base dessa perspectiva são o artigo intitulado "*Conservation in the Anthropocene: Beyond Solitude and Fragility*" (2012) e o livro de Emma Marris intitulado "*Rambunctious Garden. Saving Nature in a Post-Wild World*" (2011). A autora defende a ideia de que as alterações que os seres humanos já realizaram no planeta são de tal modo gigantescas e irreversíveis, que a única solução para a conservação seria realizar um manejo humano consciente da natureza, percebida não mais como uma natureza selvagem, mas como um "jardim incontrollável"¹². Essa perspectiva tornaria possível realizar ações para que os espaços naturais sejam mais "vivos por humanos" e os espaços humanos mais "selvagens" (Marris, 2011; Marvier, 2014). A articulação da nova conservação aparecia em trabalhos anteriores dos autores que a defendem, em que uma perspectiva mais utilitarista sobre a conservação dava os alicerces para o argumento de que a conservação deveria concentrar-se nos benefícios que propicia às pessoas (Kareiva & Marvier, 2007). Algumas das ideias principais da nova conservação são:

- 1) O antropoceno deve ser encarado como uma realidade irreversível;
- 2) Não se deve tentar um retorno ao ambiente pré-humano, mas abraçar as novas possibilidades animadoras que as mudanças ambientais globais podem trazer (Kareiva *et al.*, 2012);
- 3) Recusa da proteção à natureza selvagem (*wilderness*), da conservação fortaleza e da separação entre humanos e natureza, ou seja, procura ir além de fronteiras e dicotomias (Marris, 2011; Kareiva *et al.*, 2012; Pearce, 2015);

¹¹ Cf. <<https://thebreakthrough.org/>>

¹² N.T. a palavra "*rambunctious*" é de difícil tradução. Ela significa ao mesmo tempo algo indisciplinado ou indomável, mas também corajoso e bravo.

4) Reconhecimento de que a natureza e os ecossistemas estão em constante mudança, portanto as "novas naturezas" produzidas pelo antropoceno deviam ser vistas com menos desprezo. A ideia de preservar ilhas de holoceno é vista como anacrônica e contraproducente (Pearce, 2015);

5) os mecanismos de mercado e corporações devem ser os principais financiadores das ações de conservação, inclusive no sentido de gerar maior igualdade socioeconômica (Kareiva *et al.*, 2012); e,

6) a conservação da biodiversidade não deve estar fundamentada em um valor intrínseco, mas em beneficiar o maior número de pessoas possível, especialmente os mais pobres (Kareiva *et al.*, 2012).

4.2. Neoprotecionismo

Logo após sua divulgação, a proposta da nova conservação provocou respostas contundentes na arena global. A mais forte delas foi o movimento capitaneado pelo pioneiro conservacionista Edward O Wilson, que se materializou na campanha "*nature needs half*"¹³. Wilson (2016) propõe que “apenas reservando metade do planeta, ou mais, através áreas protegidas podemos salvar a parte viva do meio ambiente e alcançar a estabilização necessária para nossa própria sobrevivência” (tradução nossa). Essa campanha e as publicações a ela associadas foram reconhecidas nos debates globais como um movimento de retorno ao protecionismo, ou "neoprotecionismo", tendência endossada de forma rápida por um conjunto de instituições internacionais de peso para a conservação como, por exemplo, a

Conservation Internacional. Algumas das ideias principais do neoprotecionismo são:

1) O antropoceno, ou seja, a capacidade humana de alteração dos ecossistemas terrestres, não deve ser visto como algo (potencialmente) produtivo, ao contrário, ele está encaminhando a terra para um sexto processo de extinção em massa que poderia, inclusive, abarcar o *homo sapiens* (Hettinger, 2014);

2) Ao invés de aprofundarmos o antropoceno, que coloca os seres humanos como legítimos responsáveis pela gestão e manejo da terra, deveríamos colocar "a natureza de volta no comando" em, pelo menos, metade do planeta (Wuerthner *et al.*, 2015);

3) Defende um aprofundamento da separação entre natureza e sociedade, já que esta seria a única maneira de salvar os ecossistemas do completo colapso, reiterando a importância de parques e reservas restritivas e o mais extensas possível, sobretudo para garantir a persistência de grandes animais e a necessidade de controlar fronteiras, impedir a circulação, caça e invasão de espécies exógenas (Locke, 2015);

4) Em algumas de suas vertentes, realizam uma crítica direta e contundente à fé no capitalismo como motor da solução, e da necessidade de reconhecer os limites do crescimento econômico e do consumo (Cafaro *et al.*, 2017) – não necessariamente embasada em uma crítica à economia política, mas reconhecendo que os mecanismos de conservação baseados no mercado não representaram a panaceia que afirmavam ser (McCauley, 2015)¹⁴;

5) Apresentam a necessidade de acordar publicamente acerca de limites claros para o crescimento da população e para os locais de presença humana (Cafaro, 2014).

¹³ Cf. <<https://natureneedshalf.org/>>; <<https://www.half-earthproject.org/>>

¹⁴ Uma importante exceção a essa tendência é o próprio Wilson que apresenta uma fé quase cega no 'livre mercado' como solução para a conservação.

4.3. Lacunas da conservação no Antropoceno

O neoprotecionismo surgiu como uma espécie de resposta à nova conservação, mas, apesar disso, acabou ganhando mais peso que a primeira proposta na arena contemporânea de debates globais para a conservação da biodiversidade. Neste contexto, um conjunto de pesquisadores alinhados à ecologia política, entre eles os autores que viriam trazer à cena a proposta da conservação convivial, publicaram um artigo de opinião no qual fazem uma reflexão sobre os limites e possibilidades da campanha ‘*nature needs half*’. Bushcer *et al.* (2017a) reiteram a necessidade de que haja uma reestruturação rápida e efetiva das ações para a conservação da biodiversidade, mas apresentam ressalvas quanto às propostas práticas de "colocar à parte" metade do planeta. Os autores argumentam que a proposta neoprotecionista:

1) em boa parte, ignora as causas centrais dos processos de degradação da biodiversidade, a saber a extração sempre crescente dos recursos naturais e o estímulo ao consumismo baseados na lógica capitalista de produção;

2) não reconhece os impactos sociais que a implementação de APs poderia ter sobre populações locais, sobretudo as mais vulneráveis;

3) não reconhece claramente a questão de quem seriam os grupos mais legítimos nos processos de criação, controle e manejo das APs;

4) não apresentam a solução política para debate público para a criação massiva de novas APs;

5) não oferece nenhuma alternativa para a metade do planeta que permaneceria “humana”. Em resumo, Búscher *et al.* (2017a) propõem uma perspectiva baseada não na metade, mas na terra

inteira, tratando do principal motor da degradação, a saber a economia política e a gestão dos recursos naturais remanescentes de forma democrática, abordando diretamente as desigualdades sociais como parte do problema.

Em resposta, Cafaro *et al.* (2017) dizem que concordam que as comunidades precisam ser envolvidas em processos de conservação, mas que a justiça social não pode ser realizada às custas do valor intrínseco das formas de vida não humanas. Entendem que conservar é uma dívida com a diversidade da vida e as gerações futuras e que, portanto, “se queremos o planeta inteiro, a natureza precisa da metade”. Esse debate teve continuidade (Büscher *et al.*, 2017b; Kopnina *et al.*, 2018, Crist *et al.*, 2021, Búscher & Duffy 2022) tendo o folêgo retomado pelas discussões na CoP 15 da CBD, que adotou a agenda 30/30: um acordo para proteger 30% da terra até 2030. O contraponto persiste entre uma visão que defende a implementação o mais intensa e extensa possível de áreas protegidas e uma outra que aponta para as injustiças sociais que necessariamente virão no bojo desse processo. De qualquer maneira, a exposição explícita das ideias revelou que uma boa parte dos neoprotecionistas são críticos ao capitalismo contemporâneo e compreendem a necessidade de pensar formas de vida humana para além dessa lógica. Segundo Búscher & Fletcher (2020), o problema, é que estas críticas se constroem de forma fragmentada, sem o ancoramento em um enquadramento teórico conceitual rigoroso, gerando contradições. Além disso, essas críticas possuem um limite claro: o neoprotecionismo se fundamenta filosófica e teoricamente na recuperação e reiteração da dicotomia natureza-humanidade, um dos pilares dos processos capitalistas de exploração da natureza e das pessoas (Búscher & Fletcher, 2020)

Já no que diz respeito à nova conservação, Büscher & Fletcher (2020) ressaltam que os defensores dessa abordagem incorporam de maneira seletiva e particular as críticas das ciências sociais ao conceito reificado e essencialista de natureza e as reempregam de forma a embasar suas próprias posições que, na verdade, distanciam-se em muitos aspectos de uma perspectiva das ciências sociais críticas. Quando os novos conservacionistas colocam a necessidade de incluir as pessoas, essa necessidade é traduzida a partir de uma noção de desenvolvimento específica, nos termos do capitalismo contemporâneo. Essas afirmações colocam a nova conservação em relação de intensa proximidade à conservação neoliberal e da defesa da lógica dos instrumentos de mercado – que geraram a destruição da natureza – para salvá-la. Essas soluções não problematizam os limites do crescimento e consumismo desenfreados e os vestem em um disfarce verde que torna mais difícil a crítica (Büscher & Fletcher, 2020). Apesar de nem todos os novos conservacionistas se colocarem de maneira tão clara e direta a favor dos mecanismos neoliberais de conservação, manifestam a necessidade de afastar a hostilidade que diversos setores da conservação possuem em relação às corporações, consideradas aliadas (Minteer & Pyne, 2015). Assim, na visão de Büscher & Fletcher (2020), a principal contribuição dos novos conservacionistas é procurar suplantar as dicotomias natureza-sociedade sobre a qual o capitalismo prosperou, e a sua principal lacuna é acreditar que isso possa ser realizado por completo por dentro dos próprios mecanismos capitalistas.

Dadas essas limitações, Büscher & Fletcher (2020) argumentam que nenhuma das duas aborda-

gens atuais apontam um caminho realista a seguir e procuram propor uma alternativa. Segundo os autores

A diferença crucial entre a conservação convencional, as duas alternativas radicais agora sobre a mesa, e nossa própria proposta de conservação convivial é que partimos explicitamente de uma perspectiva de ecologia política mergulhada em uma crítica da economia política capitalista. Essa crítica se fundamenta em uma rejeição tanto das dicotomias natureza-sociedade quanto da exigência de crescimento contínuo por meio da intensificação do consumismo característica do sistema econômico capitalista. (Büscher & Fletcher, 2020, p. 15, tradução nossa, grifo dos autores).

Dessa forma, a proposta da conservação convivial busca avançar o debate a partir do potencial transformador das novas abordagens que emergem no contexto do antropoceno e apresentar soluções mais efetivas e duradouras para as incessantes pressões sobre a biodiversidade do planeta.

5. Conservação Convivial: princípios, teoria e ações

A conservação convivial é uma visão, uma política e um conjunto de princípios de governança que apresenta respostas às principais pressões contemporâneas sobre a biodiversidade alinhadas à igualdade, transformação estrutural e justiça ambiental (Büscher & Fletcher, 2020). Nesse sentido, Büscher & Fletcher (2019; 2020) formulam elementos fundamentais da proposta convivial e exemplos de ações concretas¹⁵. Nessa sessão, fazemos um resumo de tais aspectos teórico-prá-

¹⁵ Os autores também apresentam três elementos da teoria da mudança para a conservação convivial, a saber dimensionar a questão do poder, dos atores e do tempo. Entretanto optamos por não explorar esses aspectos puramente teóricos a fim de guiar nosso foco à proposta propriamente dita.

ticos em sua interface com o contexto brasileiro e latino-americano.

O primeiro elemento da proposta da conservação convivial sugerida por Büscher & Fletcher (2019, 2020) é uma transformação na própria concepção de áreas protegidas, incorporando de forma definitiva as críticas realizadas à conservação-fortaleza e seu controle rígido das fronteiras (Adams & Hutton, 2007). Os autores sugerem que áreas de intensa biodiversidade tornem-se áreas de "promoção da natureza", com e para os humanos. O verbo "promover" é empregado a fim de deslocar as bases da conservação de base territorial para uma semântica positiva – e democrática – abandonando a conotação negativa que a proteção adquiriu, inclusive devido às injustiças socioambientais que provocou. Para que isso seja possível, essa promoção deve ser realizada nos termos da convivialidade, a partir da construção de laços duradouros entre humanos e não humanos. Essa visão relaciona-se ao segundo elemento da proposta apresentada pelos autores, a saber, a celebração de uma perspectiva filosófica baseada nas conexões entre as naturezas humanas e não humanas, afastando-se da propensão ao salvamento da natureza intocada ou selvagem. Acompanham, nesse sentido, os movimentos sociais e acadêmicos que demonstraram os efeitos nefastos da divisão dicotômica natureza e sociedade, como o socioambientalismo brasileiro (Arruda, 1999; Dumora, 2006). A essa crítica da dicotomia natureza-sociedade, Büscher & Fletcher (2019) acrescentam uma contestação da noção de "natureza humana" tal qual formulada pela concepção neoliberal – o homem competitivo, racional e orientado por seus interesses econômicos – que é em grande parte responsável pela catástrofe ambiental que vivemos

hoje. Na visão dos autores, a chamada "natureza humana", não é universal, mas produto dos múltiplos contextos históricos, sociais e culturais, propondo, assim, uma celebração igualitária das naturezas humanas e não humanas em sua diversidade.

O turismo de natureza é alvo de críticas contundentes pelos proponentes da conservação convivial, já que boa parte das práticas acompanha as visões reificadas sobre as naturezas humana e não humana. O turismo dos "*clicks*", baseado em um voyeurismo distanciado e consumista, muitas vezes geram efeitos nefastos tanto para as populações locais quanto para o meio ambiente. Na América Latina, estudos demonstram que a realização de atividades de ecoturismo de acordo com a cartilha neoliberal leva inclusive à exclusão das populações locais e suas formas de conservação (Ojeda, 2012). Como solução e terceiro elemento de sua proposta, Büscher & Fletcher (2020) argumentam que a visitação em áreas de promoção da natureza deveria, ao contrário, privilegiar atividades capazes de gerar experiências significativas da forma mais democrática possível. Uma visitação engajada seria capaz de gerar vínculos entre os visitantes, a natureza não humana, o território e aqueles que nele vivem cotidianamente. Um exemplo dessa prática são as atividades ligadas ao ecoturismo de base comunitária como as realizadas pelo Quilombo do Campinho Paraty-RJ, onde o roteiro etnoecológico oferece ao visitante tempos de convivência com a natureza permeados pela história de resistência e cultura negras¹⁶. Assim, essa perspectiva sobre um turismo convivial se relaciona de forma íntima com o quarto elemento da proposta que apresenta a necessidade de um deslocamento da perspectiva capitalista de espetacularização da natureza em nome

¹⁶ Cf. <<http://quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com/p/turismo-d.html>>.

da valorização do ambiente cotidiano e mundano, ressaltando seu esplendor.

O quinto e último elemento da abordagem convivial para a conservação versa sobre a democratização das decisões, alargando o alcance do conhecimento na tomada de decisão para além de uma perspectiva tecnocrática. Já foi amplamente demonstrado que a gestão fundamentada apenas no conhecimento técnico possui aspectos recorrentemente antidemocráticos (Peluso, 2012). A gestão de áreas de promoção da biodiversidade deveria abarcar diretamente a visão das pessoas que vivem os territórios a serem promovidos por meio da conservação, o que só é possível a partir da justiça socioecológica. No Brasil, e em muitas partes da América Latina, a defesa de territórios por parte de populações culturalmente diferenciadas, abre caminho para uma conservação mais convivial por meio da produção ontológica de novos espaços para além do neoliberalismo (Escobar, 2015). Relaciona-se a essa perspectiva a abordagem dos "territórios de vida", que procura atuar com comunidades indígenas e locais em seus processos de autogestão de territórios¹⁷.

Por fim, os autores propõem um conjunto de ações que possam embasar a implementação de uma perspectiva convivial sobre a conservação. A primeira delas é apoiar e fortalecer os processos de demanda por reparações históricas por parte de populações que tiveram seus direitos extirpados pelo processo continuado de colonização. Este ponto é especialmente importante no Brasil e América Latina, onde são patentes as intensas conexões entre as demandas de populações que protagonizam a chamada virada ecoterritorial e seu papel na manutenção de territórios de vida diante do avanço

do neoextrativismo (Svampa, 2019). Uma segunda ação de curto prazo que tem chamado bastante a atenção da comunidade conservacionista, sobretudo na Europa, é a implementação de uma "renda básica da conservação" (RBC) para populações que vivem dentro ou no entorno de áreas protegidas (ou promovidas). Diferentemente do PSA, o RBC não seria condicionado burocraticamente. O atrelamento entre a conservação e o recebimento do benefício seria simbólico, gerando maior inclusão do uso e interação com a biodiversidade – ao invés de limitar a inclusão de pessoas ou determinados grupos de pessoas com menor acesso à regularização (Fletcher & Büscher, 2020). Em terceiro lugar, os autores apresentam a necessidade de repensar a interação financeira das ações de conservação com as grandes corporações. Eles sugerem que apenas corporações que demonstrem um compromisso, mesmo que futuro, com um deslocamento na direção de um modelo econômico alternativo, idealmente descrescentista, deveriam ser consideradas como aptas a financiar ações para a conservação. A quarta e última ação sugerida pelos autores é a conexão em rede de atores alinhados às principais visões da conservação convivial, formando uma coalizão da conservação convivial. Isto poderia aumentar o poder de influência tanto dos atores propriamente ditos quanto da própria conservação convivial enquanto dispositivo discursivo político.

6. Conclusão

Em nossa argumentação, partimos do reconhecimento de que as percepções socialmente válidas sobre o desafio da conservação da biodiversidade determinam os caminhos considerados possíveis

¹⁷ Cf. < <https://www.iccaconsortium.org/>>

para a sua resolução. Dessa forma, ampliar os horizontes conceituais é parte fundamental da tarefa de imaginar alternativas que olhem para a prosperidade de populações marginalizadas e espécies de plantas e animais em risco como processos capazes de se retroalimentar. Nesse sentido, a proposta da conservação convivial nos parece um caminho possível para a construção de uma agenda política para aglutinação de atores interessados em promover uma conservação mais efetiva e justa. A proposta retoma elementos de formas paradigmáticas da conservação participativa e da conexão entre movimentos por justiça ambiental e conservação da biodiversidade, realinhando-as ao contexto atual do antropoceno, de forma que um conjunto diverso de atores possa apropriar-se das ideias-chave. Reúne de forma clara e concisa o acúmulo do processo de análise das ciências sociais críticas sobre a relação entre assimetrias e conservação da biodiversidade no sentido de pensar soluções realistas de curto e longo prazos.

Entendemos também que uma apropriação da proposta por parte de pesquisadores e movimentos situados no Brasil na América Latina, poderia contribuir para aprofundar alguns aspectos da proposta convivial a partir de uma mirada do sul. Sua aplicação aos contextos de altíssima diversidade e desigualdade dos trópicos seguem, assim, desdobramentos recentes da teoria que apresentam a necessidade de uma atenção mais aprofundada em como lidar e superar hierarquias subjacentes ligadas à raça, gênero, idade ou status (Krauss, 2021). A partir do contexto africano, Kiwango e Mabele (2022) apontam que a conservação convivial pode sim ser uma alternativa viável ao mercado e ao neoprotecionismo, mas que sua aplicação no Sul global depende de uma abertura para lidar com problemas preexistentes como o grau de depen-

dência de determinadas populações e discrepâncias gritantes entre os direitos e capacidades dos diferentes atores envolvidos em projetos de conservação. Collins *et al.* (2021) nos demonstram que projetos de conservação baseados em dinâmicas de mercado implementados no Sul global potencializam legados coloniais, aumentando ao invés de diminuir desigualdades econômicas e sociais pré-existentes nos contextos em que a conservação está em questão, colocando a necessidade desse deslocamento. Na América Latina, a destruição ambiental e a exploração do trabalho vêm, quase sempre, de mãos dadas (Alimonda, 2011) a colonialidade é, também, sobre a natureza. Dessa forma, uma conservação convivial latinoamericana deveria incorporar uma perspectiva efetivamente decolonial sobre a conservação, na qual outras formas de saber e perceber as naturezas humanas e não humanas sejam vistas como parte fundante do planejamento e implementação de políticas para a conservação. Isso significaria passar as reparações históricas, que aparecem como uma entre outras ações concretas na proposta original, ao centro da perspectiva, inclusive teórica, da conservação convivial aplicada ao Sul global. Especialmente no Brasil, trata-se de realizar uma conexão entre as políticas para conservação e as lutas por garantia de direitos territoriais por parte de povos indígenas, outros povos e comunidades tradicionais, entre outras comunidades locais. No contexto atual, em que até mesmo a necessidade de se conservar o que resta da biodiversidade do planeta está sendo questionada, ideais participativos de conservação não são suficientes para uma conservação justa na América Latina: no continente da desigualdade e da diversidade, para ter em conta as necessidades das populações mais vulneráveis, a conservação precisa ser convivial e decolonial. O território brasileiro engloba uma enorme diversida-

de cultural e biológica, marcada por históricos de violência que muitas vezes são atravessados ou atravessam os processos de conservação. As populações rurais possuem índices de desenvolvimento humano baixo e historicamente possuem pouca participação social e política nas estruturas de poder. A aplicação de uma conservação convivial a um contexto brasileiro pode assim contribuir para desmantelar o considerado "habitual" nas políticas de conservação, as dinâmicas de centralização protecionista ou, em menor escala, de mercado, que, de sólito, faz com que elites capturem os benefícios da conservação.

Em outro sentido, num país megadiverso como o Brasil, dotado de uma infraestrutura institucional ambiental relativamente ampla e um corpo científico altamente qualificado – reconhecidas as dificuldades enfrentadas na última década – há um sem-número de práticas já realizadas que poderiam servir como laboratórios de conservação convivial. Alguns exemplos são: a implementação dos grandes projetos de corredores ecológicos; a manutenção de áreas de preservação em um número gigantesco de Terras Indígenas aglutinados em torno de movimentos por direitos e autonomia; a aplicação de projetos relacionados à coexistência humano-fauna que conferem um lugar central à perspectiva das populações locais sobre as diferentes espécies para além das fronteiras das áreas protegidas, como, por exemplo, o Projeto Onças do Iguazu (Marchini *et al.*, 2021). Uma análise das aproximações e distanciamentos dessas práticas em relação à proposta convivial para a conservação poderia ser um bom caminho futuro de pesquisa.

Agradecimentos

O Projeto CONVIVA faz parte do programa intitulado “Transformações para Sustentabilidade”

(T2S) que tem como objetivo contribuir para a reestruturação da pesquisa em sustentabilidade ao colocar as ciências sociais no centro das pesquisas interdisciplinares. O conhecimento produzido no contexto do programa está alinhado às expectativas sociais e, portanto, passível de ser utilizado por cientistas gestores e tomadores de decisão em seus esforços para gerar mudanças no sentido de um mundo mais sustentável. Agradecemos imensamente ao Belmont Forum, a FAPESP (#2018/50038-8) e seus assessores, e à Norface Network que gentilmente financiam o Projeto CONVIVA. KMPMBF agradece ao CNPq pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (#303940/2021-2). LTS agradece à FAPESP pela bolsa de pós-doutorado (#2019/01325-7).

Referências

- Adams, W. M. *Against Extinction: the story of conservation*. London: Earthscan, 2004.
- Adams, W. M.; Hutton, J. *People, parks and poverty: political ecology and biodiversity conservation*. *Conservation and Society*, 5(2), 147-183, 2007.
- Adams W. M. Conservation from above: globalising care for nature. In: Brightman, M.; Lewis J. (Eds) *The anthropology of sustainability: beyond development and progress*. New York: Springer, 2017.
- Alimonda, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: Alimonda, H (Org). *La naturaleza colonizada: ecología política e minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- Almeida, M. B.; Cunha, M. C. Global Environmental-Changes and Traditional Populations. In: Hogan, D. J.; Tolmasquim, M. (Orgs.). *Human dimension of global environmental changes: brazilian perspectives*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciência, 2001.
- Arruda, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, 5, 79-92, 1999.

- ASCEMA — Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente. Cronologia de um desastre anunciado: ações do governo Bolsonaro para desmontar as políticas do meio ambiente no Brasil ASCEMA Nacional. 2021. Disponível em: http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_Ingle%CC%82s_04-set-2020-1.pdf Acesso em: jan. 2022
- Beck, S.; Jasanoff, S.; Stirling, A.; Polzin, C. The governance of sociotechnical transformations to sustainability. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 49, 143-152, 2021. doi: 10.1016/j.cosust.2021.04.010
- Bennett, N.; Roth, R.; Klain, S.; Chan, K.; Christie, P.; Clark, D.; Cullman, G. Conservation social science: understanding and integrating human dimensions to improve conservation. *Biological Conservation*, 205, 93-108, 2017.
- Blackmore, C.; van Bommel, S.; Bruin, A.; de Vries, J.; Westberg, L.; Powell, N.; Foster, N.; Learning for transformation of water governance: reflections on design from the Climate Change Adaptation and Water Governance (CAD-WAGO) project. *Water*, 8, 2016. doi: 10.3390/w8110510
- Borras Jr. S. M.; Hall, R.; Scoones, I.; White, B.; Wolford, W. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. *The Journal of Peasant Studies*, 38(2), 209-216, 2011. doi: 10.1080/03066150.2011.559005
- Borrini-Feyerabend, G. *Collaborative management of protected areas: tailoring the approach to the context*. IUCN: Gland (Switzerland), 1996.
- Brand, U. “Transformation” as a new critical orthodoxy. The strategic use of the term “transformation” does not prevent multiple crises. *Gaia*, 25(1), 23-27, 2016.
- Brito, F. *Corredores ecológicos: uma estratégia integradora na gestão de ecossistemas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- Brockington, D.; Duffy, R.; Igoe, J. *Nature unbound: conservation, capitalism and the Future of Protected Areas*. London: EarthScan, 2008.
- Bruntland. *Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)*. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- Büscher, B.; Sullivan, S.; Neves, K.; Igoe, J. Towards a *Synthesized Critique of Neoliberal Conservation*. *Capitalism, Nature, Socialism* 23(2), 4-30, 2012. doi: 10.1080/10455752.2012.674149
- Büscher, B.; Fletcher, R.; Brockington, D.; Sandbrook, C.; Adams, W.; Campbell, L.; Shanker, K.; Half-Earth or whole earth? Radical ideas for conservation, and their implications. *Oryx*, 51(3), 407-410, 2017. doi: 10.1017/S0030605316001228
- Büscher, B.; Fletcher, R.; Brockington, D.; Sandbrook, C.; Adams, B.; Campbell, L.; Corson, C.; Dressler, W.; Duffy, R.; Gray, N.; Holmes, G.; Kelly, A.; Lunstrum, E.; Ramutsundela, M.; Shanker, K. Doing whole earth justice: a reply to cafaró. *Oryx*, 51(3), 401, 2017. doi: 10.1017/S0030605317000278
- Büscher, B.; Fletcher, R. Towards convivial conservation. *Conservation and Society*, 17, 283, 2019.
- Büscher, B.; Fletcher, R. *The Conservation revolution: radical ideas for saving nature beyond the anthropocene*. London: Verso Books, 2020.
- Büscher, B. *The truth about nature: environmentalism in the era of post-truth politics and platform capitalism*. Oakland: University of California Press, 2021.
- Caferó, P. Expanding parks, reducing human numbers, and preserving all the wild nature we can: a superior alternative to embracing the anthropocene era. In: Wuerthner, G.; Crist, E.; Butler, T. (Eds) *Keeping the wild: against the domestication of earth*. New York: Island Press, 2014.
- Caferó, P.; Butler, T.; Crist, E.; Cryer, P.; Dinerstein, E.; Kopnina, H.; Noss, R.; Piccolo, J.; Taylor, B.; Vynne, C.; Washington, H. ‘If we want a whole earth, nature needs half: a response to büscher. *Oryx*, 51(3), 400, 2017. doi: 10.1017/S0030605317000072
- Castelli, P. G.; Wilkinson, J. Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 19, 89-112, 2002.
- Collins, Y. A.; Maguire-Rajpaul, V.; Krauss, J. E.; Asiyambi, A.; Jiménez, A.; Mabele, M. B.; Alexander-Owen, M. Plotting the coloniality of conservation. *Journal of Political Ecology*, 28(1), 2021. doi: 10.2458/jpe.4683
- Comandulli, C. S.; Alexandrino, E. R. Ciência cidadã: apro-

- ximando pessoas, transformando realidades. In: Vicente, N. M.; Sperber, C. F.; Carneiro, M. A. *Dia D do Rio Doce*: um olhar científico sobre o maior desastre socioambiental do Brasil. Lavras: UFLA, 2021.
- Crist, E.; Kopnina, H.; Cafaro, P.; Gray, J.; Ripple, W.; Safina, C.; Davis, J.; DellaSala, D.; Noss, R.; Washington, H. Rolston, H.; Taylor, B.; Orilowska, e.; Heister, A. Lynn, W.; Piccolo, J. Protecting Half the Planet and Transforming Human Systems Are Complementary Goals. *Frontiers in Conservation Science*, 2, 2021. doi: 10.3389/fcosc.2021.761292
- Crutzen, P. J.; Stoermer, E. The “anthropocene”. *IGBP News-letter*, 41, 17-18, 2000.
- Cunha, M. C.; Magalhães, S. B.; Adams, C. *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil*: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021.
- Dardot, P.; Laval, C. *A nova razão do mundo*: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- Dawson, N. M.; Coolsaet, B.; Sterling, E.; Loveridge, R.; Gross-Camp, N.; Wongbusarakum, S.; Sangha, K.; Scherl, L.; Phuong Phan, H.; Zafra-Calvo, N.; Lavey W.; Byakagaba, P.; Idrobo, C.; Chenet, A.; Bennett, N.; Mansourian, S.; Rosado-May, F. J. The role of Indigenous peoples and local communities in effective and equitable conservation. *Ecology and Society*, 26(3), 19, 2021. doi: 10.5751/ES-12625-260319
- Deutsch, S. Populist authoritarian neoliberalism in Brazil: making sense of Bolsonaro's anti-environment agenda. *Journal of Political Ecology*, 28(1), 1-22, 2021. doi: 10.2458/jpe.2994
- Dickman, A. J. Complexities of conflict: the importance of considering social factors for effectively resolving human-wildlife conflict. *Animal Conservation*, 13, 458-466, 2010. doi: 10.1111/j.1469-1795.2010.00368.x
- Diegues, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- Dumora, C. Viver e sobreviver numa Área de Proteção Ambiental: o caso da pequena agricultura familiar em uma das comunidades rurais da APA de Guaraqueçaba. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 14, 47-67, 2006. doi: 10.5380/dma.v14i0.9643
- Escobar, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos direitos ao território. *Desenvolvimento e Meio Ambiente* 35, 89-100, 2015. doi: 10.5380/dma.v35i0.43540
- Feola, G. Societal transformation in response to global environmental change: a review of emerging concepts. *Ambio* 44, 376-390, 2015.
- Ferreira, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil. *Ambiente & Sociedade*, 7(1), 47-66, 2004.
- Fletcher, R.; Büscher, B. Conservation basic income: a non-market mechanism to support convivial conservation. *Biological Conservation*, 244, 2020. doi: 10.1016/j.biocon.2020.108520
- Foster, J. B. *A ecologia de Marx*: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- Franco, J. A. The concept of biodiversity and the history of conservation biology: from wilderness preservation to biodiversity conservation. *História*, 32(2), 2013.
- Franco, J. A.; Schittini, G.; Braz, V. S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Historia*, Rio Grande, 6(2), 233-270, 2015.
- Funtowicz, S.; Ravetz, J. Post-normal science and extended peer communities in the face of environmental challenges. *Saúde Manguinhos*, 4 (2), 219-230, 1997.
- Gerhardt, C. “*Eu seria péssima para estar na sua banca*”: pesquisadores e suas controvérsias sobre conflitos em áreas protegidas. Curitiba: Appris, 2016.
- Graciano, M.; Abdala, K. Santos, L.; Almeida, L. Efetividades do Programa Bolsa Verde no Assentamento Canudos em Goiás: uma análise da segurança alimentar e da preservação ambiental. *Interações*, 19(1), 2018. doi: 10.20435/inter.v19i1.1403
- Grandia, L. Between Bolivar and bureaucracy: the mesoamerican biological corridor. *Conservation and Society*, 5(4), 478-503, 2007.
- Hadorn, G. H.; Hoffmann-Riem, H.; Biber-Klemm, S.; Grossenbacher-Mansuy, W.; Joye, D.; Pohl, C.; Wiesmann, U.; Zemp, E. Handbook of Transdisciplinary Research. Dordrecht: Springer, 2008.
- Hayashi, C. Política Nacional de Meio Ambiente - Lei 6938/81 e outros mecanismos de gestão e desenvolvimento

- sustentável no Brasil. *Desenvolvimento e Gestão*, 18(2), 228-236, 2015
- Hettinger, N. Valuing naturalness in the “anthropocene”: now more than ever. In: Wuerthner, G.; Crist, E.; Butler, T. (Eds) *Keeping the wild: against the domestication of earth*. New York: Island Press, 2014.
- Holdren, J. P. *Addressing societal and scientific challenges through citizen science and crowdsourcing*. Washington: Office of Science and Technology Policy, 2015.
- Holmes, G. Markets, nature, neoliberalism, and conservation through private protected areas in southern Chile. *Environment and Planning*. 47, 850-866, 2015. doi: 10.1068/a140194p
- ICCA — Territories and areas conserved by indigenous peoples and local communities Consortium. 2021. *Territories of life: 2021 Report*. ICCA Consortium: worldwide.
- Igoe, J.; Brockington, D. Neoliberal conservation: a brief introduction. *Conservation & Society*, 5(4), 432-449, 2007.
- IPAM — Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. *REDD no Brasil: um enfoque amazônico: fundamentos, critérios e estruturas institucionais para um regime nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – REDD Brasília: CGEE, 2012.*
- IPBES — The Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. *Global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services*. IPBES secretariat, Bonn, Germany, 1148 p., 2019.
- IUCN — International Union for Conservation of Nature. *Red list of threatened Species*. 1989. Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/resources/grid>
- IUCN — International Union for Conservation of Nature. *Twelfth general assembly*. Kinshasa, Zaire. 1975. Disponível em: <https://www.iucn.org/sites/default/files/2022-05/ns-sp-044.pdf>
- Jasanoff, S. *States of knowledge: the co-production of science and social order*. London: Routledge, 2004
- Kareiva, P.; Marvier, M. Conservation for the people. *Scientific American*, 297, 50-57, 2007.
- Kareiva, P.; Lalasz, R.; Marvier, M. Conservation in the anthropocene: beyond solitude and fragility. *Breakthrough Journal*, 2, 2012.
- Kiwango, A.; Mabele, M. Why the convivial conservation vision needs complementing to be a viable alternative for conservation in the global south. *Conservation and Society* 20(2), 179-189, 2022
- Kopnina, H.; Washington, H.; Gray, J.; Taylor, B. The ‘future of conservation’ debate: defending ecocentrism and the nature needs half movement. *Conservation Biology*, 217, 140-148, 2018. doi: 10.1016/j.biocon.2017.10.016
- Kothari, A.; Camillb,P.; Brown, J. Conservation as if people also mattered: policy and practice of community-based conservation. *Conservation and Society*, 11(1), 1-15, 2013.
- Krauss, J. E. Decolonizing, conviviality and convivial conservation: towards a convivial SDG 15, life on land? *Journal of Political Ecology*, 28(1), 2021.
- Kuhn, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- Las Canta, L. El faloceno: redefinir el antropoceno desde una mirada ecofeminista. *Ecología Política*, 53, 26-33, 2017.
- Lima, P.; Franco, J. A. As RPPNs como estratégia para a conservação da biodiversidade: o caso da Chapada dos Veadeiros. *Sociedade & Natureza*, 26(1),113-125, 2014.
- Locke, H. Nature needs (at least) half: a necessary new agenda for protected areas. In: Wuerthner G.; Crist, E.; Butler T. (Eds) *Protecting the wild*. Washington: Island Press, 2015.
- Machado, C. A.; Cava, B. Um estudo preliminar sobre o encontro entre a copesquisa e os science studies. *Revista Brasileira de História da Ciência*, 6(2), 221-231, 2013.
- Manfredo, M.; Vaske, J. *Human Dimensions of wildlife management: basic concepts*. Washington DC: Island Press, 1995.
- Marchini, S; Ferraz, K. B.; Foster, V.; Reginato, T.; Kotz, A.; Barros, Y.; Zimmermann, A. Macdonald, D. planning for human-wildlife coexistence: conceptual framework, workshop process, and a model for transdisciplinary collaboration. *Frontiers in Conservation Science*, 2, 2021. doi: 10.3389/fcosc.2021.752953
- Marin, A.; Ely, A.; van Zwanenberg, P. Co-design with aligned and non-aligned knowledge partners: implications for research and coproduction of sustainable food systems.

- Current Opinion in Environmental Sustainability*, 20, 93-98, 2016. doi: 10.1016/j.cosust.2016.09.003
- Marris, E. *Rambunctious garden: saving nature in a post-wild world*. New York: Bloomsbury, 2011.
- Marvier, M. New Conservation is true conservation. *Conservation Biology*, 28(1), 1-3, 2014. doi: 10.1111/cobi.12206
- Massarella, K.; Nygren, A.; Fletcher, F.; Büscher, B.; Kiwango, W.; Komi, S.; Krauss, J.; Mabele, M.; McIntuff, A.; Sandroni, L. Alagona, P.; Brockington, D.; Coates, R.; Duffy, R.; Ferraz, K. M.; Koot, S.; Marchini, S.; Percequillo, A. Transformation beyond conservation: how critical social science can contribute to a radical new agenda in biodiversity conservation. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 49, 7987, 2021. doi: 10.1016/j.cosust.2021.03.005
- McAfee, K. Selling Nature to save It? Biodiversity and green developmentalism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 17(2), 133-154, 1999. doi: 10.1068/d170133
- McCauley, D. J. Fool's gold in the catskill mountains: thinking critically about the ecosystem services paradigm. In: Wuerthner G.; Crist, E.; Butler T. (Eds) *Protecting the wild*. Washington: Island Press, 2015.
- Meine, C.; Soulé, M.; Noss, R. "A mission-driven discipline": the growth of conservation biology. *Conservation Biology*, 20(3), 631-651, 2006.
- Metzger, J. P. O que é ecologia das paisagens? *Biota Neotropica*, 1(1), 2001.
- Milano, M. Unidades de conservação: técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade. In: Benjamin, A. (Org.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- Minteer, B.; Pyne, S. Writing on stone, writing in the wind. In: Minteer, B.; Pyne, S. (Eds.). *After preservation: saving american nature in the age of humans*. Chicago: Chicago University Press, 2015.
- Mittermeier, R.; Fonseca, G.; Rylands, A.; Brandon, K. Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Mega diversidade*, 1(1), 14-21, 2005.
- Moore, J. The capitalocene, part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, 44(3), 594-630, 2017. doi: 10.1080/03066150.2016.1235036
- Mulale, K.; Matema, C.; Funda, X.; Slater-Jones, S.; Njovu, D.; Kanguuehi, G.; Hay, D.; Crookes, V; Breen, C. M. *Community-based natural resource management in Southern Africa: an introduction*. Bloomington: AuthorHouse, 2013.
- Nodari, R.; Nodari, E.; Franco, J. A. Uso e conservação da biodiversidade: as duas faces da moeda. *Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 5(3), 11-16, 2016.
- Nunes, M.; Costa, M.; Lustosa, M. A conservação da biodiversidade no Brasil: uma visão a partir de áreas protegidas. *Economia Política do Desenvolvimento*, 4(11), 21-42, 2011.
- O'Brien, K.; Sygna, L. *Responding to climate change: the three spheres of transformation proceedings of transformation in a changing climate*. University of Oslo, p. 16-23, 2013.
- O'Brien, K. Global environmental change II: from adaptation to deliberate transformation. *Progress in Human Geography*, 36(5), 2012. doi: 10.1177/0309132511425767
- Ojeda, D. Green pretexts: Ecotourism, neoliberal conservation and land grabbing in Tayrona National Natural Park, Colombia. *The Journal of Peasant Studies*, 39(2), 357-375, 2012. doi: 10.1080/03066150.2012.658777
- Patterson, J.; Schulz, K.; Vervoort, J.; Van Der Hel, S.; Sethi, M.; Barau, A. Exploring the governance and politics of transformations towards sustainability. *Environ Innov Soc Transitions*, 24, 1-16, 2017. doi: 10.1016/j.eist.2016.09.001
- Pearce, F. *The new wild: why invasive species will be nature's salvation*. Boston: Beacon Press, 2015.
- Peluso, N. L. The Politics of Specificity and Generalisation in Conservation Matters. *Conservation & Society*, 1, 61-4, 2003.
- Peluso, N. L. What's nature got to do with it? A situated historical perspective on socio-natural commodities. *Development and Change*, 43, 2012. doi: 10.1111/j.1467-7660.2012.01755.x
- Penna-Firme, R. Direitos socioambientais, conservação neoliberal da natureza e agricultores no Parque Estadual da Pedra Branca, RJ. *PerCursos*, 19(39), 50-76, 2018. doi: 10.5965/1984724619392018050
- Pereira, L.; Frantzeskaki, N.; Hebinck, A.; Charli-Joseph, L.; Drimie, S.; Dyer, M.; Eakin, H.; Transformative spaces

- in the making: key lessons from nine cases in the Global South. *Sustainability Science*, 15, 161-178, 2020. doi: 10.1007/s11625-019-00749-x
- Pinto, G. E.; Pires, A.; Georges, M. R. O antropoceno e a mudança climática: a percepção e a consciência dos brasileiros segundo a pesquisa IBOPE. *Desenvolvimento & Meio Ambiente*, 54, 1-25, 2020. doi: 10.5380/dma.v54i0.67833
- Portilho, F.; Lima, G. Sociologia ambiental: formação, dilemas e perspectivas. *Revista Teoria & Sociedade*, 7, 2001.
- Rajão, R.; Nobre, A. D.; Cunha, E.; Duarte, T.; Marcolino, C.; Soares-Filho, B.; Sparovek, G.; The risk of fake controversies for Brazilian environmental policies. *Biological Conservation*, 26, 2022. doi: 10.1016/j.biocon.2021.109447
- Roggero, G. Notes on framing and re-inventing co-research. *Ephemerata: theory & politics in organization*, 14(3), 493-513, 2014.
- Sandroni, L. T.; Carneiro, M. J. Biodiversity Conservation in the Brazilian Social Sciences: a systematic review from 1992 to 2010. *Ambiente & Sociedade*, 19, 2016. doi: 10.1590/1809-4422ASOC130181V1932016
- Sandbrook, C.; Adams, W. M.; Büscher, B.; Vira, B. Social research and biodiversity conservation. *Conservation Biology*, 27, 1487-1490, 2013. doi: 10.1111/cobi.12141
- Santilli, J. *Socioambientalismo e novos direitos*: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Petrópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.
- Schneidewind, U.; Augenstein, K. Three schools of transformation thinking. The impact of ideas, institutions, and technological innovation on transformation processes. *Gaia*, 25(2), 88-93, 2016.
- Scoones, I.; Stirling, A.; Abrol, D.; Atela, J.; Charli-Joseph, L.; Eakin, H.; Ely, A.; Olsson, P.; Pereira, L.; Priya, R.; Zwaneberg, P.; Yang, L. Transformations to sustainability: combining structural, systemic and enabling approaches. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 42, 65-75, 2020. doi: 10.1016/j.cosust.2019.12.004
- Stark, S.; Biber-Freudenberger, L.; Dietz, T.; Escobar, N.; Förster, J. J.; Henderson, J.; Laibach, L.; Börner, J. Sustainability implications of transformation pathways for the bioeconomy. *Sustainable Production and Consumption*, 29, 215-227, 2022. doi: 10.1016/j.spc.2021.10.011
- Sutherland, W.; Pullin A. S.; Dolman P. M.; Knight T. M. The need for evidence based conservation. *Trends in Ecology and Evolution*, 19, 6, 2004.
- Svampa, M. *Las fronteras del neoextractivismo em America Latina*: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Quito: Bielefeld University Press, 2019.
- Taddei, R.; Hidalgo, C. Antropología posnormal. Cuadernos de antropología social, 43, 21-32, 2016.
- Tagliari, M.; Moreira, V.; Peroni, N. Análise de programas de pagamento por serviços ambientais no sul do Brasil: identificando estratégias para a conservação da araucária angustifolia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 50, 216-233, 2019.
- Temper, L.; Walter, M.; Rodriguez, I.; Kothari, A.; Turhan, E. A perspective on radical transformations to sustainability: resistances, movements and alternatives. *Sustainability Science*, 13, 747-764, 2018. doi: 10.1007/s11625-018-0543-8
- Turnhout, E.; Metz, T. A. P.; Wyborn, C.; Klenk, N.; Louder, E. The politics of co-production: participation, power, and transformation. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 42, 15-21, 2020. doi: 10.1016/j.cosust.2019.11.009
- Vaccaro, I.; Beltran, O.; Paquet, P. A. Political ecology and conservation policies: some theoretical genealogies. *Journal of Political Ecology*, 20(20), 255-272, 2013. doi: 10.2458/v20i1.21748
- Wilshusen, P. R.; Brechin, S.; Fortwangler, C.; West, P. Reinventing a square wheel: critique of a resurgent “protection paradigm” in international biodiversity conservation. *Society and Natural Resources*, 15, 17-40, 2002.
- Wilson, E. O. *Half-earth*: our planet’s fight for life. London: Liferight Publishing, 2016.
- Wuerthner, G.; Crist, E.; Butler, T. (Eds.). *Protecting the wild*: parks and wilderness, the foundation for conservation. London: Island Press, 2015.
- Zurita, M. L.; Thomsen, D.; Holbrook, N.; Smith, T.; Lyth, A.; Munro P.; Bruin, A.; Global water governance and climate change: identifying innovative arrangements for adaptive transformation. *Water*, 10(29), 2018. doi: 10.3390/w10010029